

SESSÕES DO PLENÁRIO

18ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 19 de março de 2013.

PRESIDENTE: DEP. ADOLFO MENEZES *AD HOC*

À hora regimental, verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Brasileiro, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Delegado Deraldo Damasceno, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gaban, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, João Bonfim, Joseildo Ramos, Jurandyr Oliveira, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Jr., Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Jr., Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sgt. Isidório, Paulo Azi, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Temóteo Brito, Tom Araujo, Uziel Bueno, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (58)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Do Dep. Bira Corôa, comunicando sua ausência das sessões nos dias 18 e 20/02/2013, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do dep. Luiz Augusto, comunicando sua ausência da sessão no dia 26/12/2013, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Há um requerimento: “*Exmº Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, os deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma sessão extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: mensagem nº 4.772/2012, de autoria do Poder Executivo, que veta parcialmente o Projeto de Lei nº 19.648/2011 e o Projeto de Lei nº 20.152/2013. Sala das sessões, 19.03.2013.*”

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o nobre deputado Marcelino Galo pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. MARCELINO GALO:- Sr. Presidente, deputado Adolfo Menezes; nobres deputados e deputadas; Srs. da Imprensa e companheiros servidores desta Casa, quero registrar que hoje pela manhã tivemos neste Plenário uma sessão especial que engrandeceu este Parlamento. Tivemos a volta dos professores da rede pública e na sua maioria da rede privada, e esta sessão foi uma homenagem aos 50 anos do Sinpro – Sindicato dos Professores do Estado da Bahia, fundado pelo professor Hélio Ribeiro, que também esteve aqui e foi homenageado.

É um sindicato importante do nosso Estado, precursor da fundação da Central Única dos Trabalhadores e que tem uma história que engrandece a luta, a história sindical e também este Estado. Aqui foram discutidos temas fundamentais, além da homenagem, como a questão do processo de trabalho, esse labor não remunerado da categoria do professor, que é o trabalho extraclasses.

O professor quando chega à sala já tem que estar com a aula preparada, feito um planejamento, elaboração e correção de provas e isso tudo é trabalho não pago ainda, principalmente na rede privada. Então é uma luta histórica dos professores, uma bandeira importantíssima, e esta Casa tem o dever de apoiá-los e ajudá-los, pois eles têm essa missão nobre civilizatória, não só de repassar, mas produzir, junto aos estudantes, conhecimentos importantíssimos, principalmente no sentido de construir novos cidadãos qualificados dentro de um País que tem muito pouco tempo que se libertou da sua colonização e que tem menos tempo ainda que se libertou da escravidão. Um país patrimonialista, que tem na educação a tarefa fundamental de construir uma das civilizações que, com certeza, tem tudo para ser uma das mais belas deste planeta pela riqueza, pela pluralidade racial, pela pluralidade de etnias e por tudo o que representa um país tão rico. Rico em recursos naturais, produtor de alimentos, uma cultura que com certeza esse povo sendo educado vai ser uma das mais belas civilizações do planeta.

Hoje, temos a lamentar a decisão do Supremo Tribunal Federal e da ministra Cármen Lúcia. Em outras oportunidades, aqui, já fizemos Moção de Aplauso, principalmente para o nosso ministro Lewandowski. A ministra, através de liminar, suspendeu os efeitos da lei de distribuição dos royalties.

Então, esse patrimônio nacional não pode ser apropriado, apenas, por um

pequeno número de estados que se dizem produtores. A riqueza do subsolo pertence à Nação. Portanto, a Nação como um todo deve usufruir e tem que ser elemento principalmente de construção da igualdade e do desenvolvimento regional.

Então, Sr. Presidente, nós não deveremos abrir mão e esperamos que no julgamento definitivo essa lei seja restabelecida.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Era o que eu tinha a dizer.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Carlos Brasileiro pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CARLOS BRASILEIRO:-Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, servidores desta Casa, aqueles que nos visitam nesta tarde nas Galerias Paulo Jackson, senhores da imprensa, venho a esta tribuna primeiro para parabenizar o deputado Marcelino Galo, que hoje homenageou o Sinpro pelos seus 50 anos de existência, pela luta e pelo trabalho realizado por esse sindicato de uma categoria tão importante na vida da nossa sociedade, que é a dos professores.

Parabéns, deputado Marcelino Galo, por essa lembrança, por essa homenagem aos professores baianos.

Venho, com muita alegria, destacar uma ação anunciada pelo governo, ontem, ou seja, a distribuição de patrulha mecanizada para os consórcios municipais. Quero dividir esta alegria com todos do Parlamento, especialmente com a Bancada do Governo, mas também observado por alguns deputados de oposição, e destacar a importância desta ação que o Governador Jaques Wagner acabara de anunciar.

Fui prefeito da cidade de Senhor do Bonfim, por oito anos, e sei das dificuldades que a maioria dos municípios tem devido a falta de recursos, pelo pequeno orçamento para a aquisição de máquinas com valores tão significativos. Uma patrol, por exemplo, custa em torno de R\$ 700 mil.

Se nós, como prefeitos, Sr. Presidente, deputado Adolfo Menezes, que acompanhou o nosso trabalho e deputado Joseildo Ramos, que foi prefeito de Alagoinhas, sabemos das dificuldades dos municípios para adquirir esse tipo de maquinário. Mas, nós com muito precisão, determinação e apoio dos deputados federais, naquela oportunidade Josias Gomes e Zezéu Ribeiro, construímos uma estrutura em Senhor do Bonfim que poucas cidades têm no Estado da Bahia.

Nós conseguimos sair do zero, ou seja, não tínhamos máquina para estruturar o município, para limpeza de aguada, para a construção de estradas ou coisa parecida e deixamos o município com uma pá carregadeira, uma retroescavadeira, uma motoniveladora, ou seja, uma máquina de fazer ou conservar estradas, como também tratores agrícolas. E agora, numa ação de convivência com a seca, para a nossa alegria, o secretário Rui Costa, que é o coordenador dessa área, anuncia que passará para os consórcios municipais investimentos da ordem de R\$ 20 milhões para que realmente os consórcios se estruturem e passem a ter esse mecanismo de fundamental importância para a melhoria da vida do povo do semiárido.

Quando se pensa em, com esse equipamento, fazer barreiras, limpar aguadas,

melhorar as estradas para o escoamento e preparar os nossos municípios para a chegada das chuvas que, com fé em Deus e em São Pedro, haverão de chegar, é porque o povo do sertão baiano, especialmente do semiárido, não aguenta mais com tamanha seca.

Então, para nós, é motivo de muita alegria. Porque me lembro, deputado Joseildo, que em dezembro, quando estivemos com o governador, reivindicamos isso. E agora, em fevereiro, na última reunião, também reforçamos esse pedido, e ele de pronto atendeu aos deputados da base do governo, para que possam levar esse mecanismo ao interior do Estado da Bahia e com certeza melhorar a funcionalidade daqueles municípios. Investimento, repito, de mais de R\$ 20 milhões da participação do Estado e que terá também a participação do governo federal.

Outro ponto que queria discutir, para a nossa alegria: na última sexta-feira, dia 15, recebemos o presidente da Codevasf, o Dr. Elmo Vaz, que foi até Senhor do Bonfim fazer uma apresentação da concepção e do pré-projeto da construção do Canal Eixo Sul e do pré-projeto da construção do Canal Eixo Sul, que levará água do São Francisco para as bacias do Itapicuru e do Jacuípe, beneficiando várias barragens, para que o nível delas tão logo seja construído o canal e termos a tranquilidade de consumo de água e diminuir a dessedentação animal. E também buscar, na segunda etapa, o desenvolvimento regional com água em abundância para essa parte do semiárido, que vive hoje uma situação de calamidade, porque não temos onde guardar água, nem temos as chuvas frequentes que tínhamos há dois, três anos atrás.

Então, foi uma grande vitória daquele povo. Para sermos justos, uma luta que começamos em 1994, quando o então governador Paulo Souto esteve na nossa cidade e reconheceu a validade do movimento. Passados 19 anos, agora temos, sim, uma participação efetiva do governador Jaques Wagner, junto com a presidenta Dilma, pela decisão de começar os estudos que levarão água do São Francisco para parte do semiárido baiano, beneficiando a Bacia do Itapicuru: Bonfim, Campo Formoso, a terra do deputado Adolfo Menezes e tantas cidades, como também a Bacia do Jacuípe, onde temos mais de 24 municípios dependendo dessa água, que em breve chegará no sertão baiano.

Obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Joseildo Ramos pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:-Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Srs. da Imprensa aqui presentes, assistência nas Galerias, todos que nos ouvem e que nos assistem pela *TV Assembleia*, volto a esta tribuna para lembrar aos meus pares que na quinta-feira próxima teremos uma sessão especial que tratará de um dispositivo de 1999, mais precisamente a Lei nº 7.483, de 17 de junho de 1999, que permitia ao governo do Estado promover a desestatização, ou seja a privatização da Embasa. E no dia 21 de março, em meio à comemoração do dia 22, que é o Dia

Internacional da Água, terá lugar aqui na Assembleia essa sessão especial, em que estaremos recepcionando o projeto de lei de iniciativa do governo do Estado, portanto, de iniciativa do Poder Executivo, revogando esse dispositivo que, constando ainda do arcabouço jurídico do Estado da Bahia, fica como uma cunha, lembrando a este ou aquele governo de plantão que há a possibilidade de desestatizar a Embasa.

Isso tudo é resquício de um tempo, no final da década de 80 e nos anos 90, de triste memória, quando se promoveu neste País, de Norte a Sul, de Leste a Oeste, a venda, a entrega do patrimônio nacional a preço de banana. Esses resquícios ainda nos incomodam porque água não deve ser objeto de mercantilismo, objeto da busca incessante do lucro pelo lucro.

Devemos estar celebrando esse momento, não porque é simbólico, mas porque tira, lembrança de um passado recente, a perspectiva de privatização de uma empresa que é patrimônio nosso. No momento em que havia esse risco de desestatização, congregaram-se amplos setores da sociedade civil baiana, com destaque os setores organizados dos Movimentos Eclesiais de Base da Igreja Católica, que se levantaram, juntamente com outros segmentos da sociedade baiana, para lutar pela manutenção da empresa em mãos do Estado, na busca da universalização do saneamento básico, principalmente do esgotamento sanitário, cujos indicadores no Nordeste são os piores. Só não é pior do que o da região Norte.

Portanto, é um momento importante em que nós, além de estarmos celebrando com simbolismo essa atitude correta, justa, no sentido do resgate daquilo que é objeto de luta de tantos que, inclusive, tombaram em outros momentos, estaremos, na oportunidade, reverenciando algumas lideranças que até hoje não abrem mão de estar na peleja, nas diversas tribunas, no processo de organização da luta pela reforma sanitária.

Na lembrança do que falou há pouco o deputado companheiro, ex-prefeito de Senhor do Bonfim, Carlos Brasileiro, sobre os consórcios – momento, também, de defesa da água, da proteção dos mananciais, das nascentes –, que possamos protagonizar com o governo do Estado o movimento na direção de conferir responsabilidade aos consórcios que estão proliferando na Bahia. Já são 13 consórcios, dos quais temos três em especial: o do Portal do Sertão, o do Sisal e o da Bacia do Rio Jacuípe, que estamos em via de discutir o encaminhamento de um projeto de saneamento no campo, que é uma coisa que deveremos implementar no Estado da Bahia.

Muito obrigado por sua tolerância, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- O nobre deputado Joseildo Ramos anuncia, aqui, uma medida muito importante do governo do Estado. O governador Jaques Wagner vai revogar a lei que permitia a privatização da Embasa, e isso é muito importante porque, embora a empresa continue estatal, a lei que autoriza sua privatização está em

vigor. Então, qualquer que seja o governante pode, sem autorização da Assembleia Legislativa, privatizar a Embasa. É evidente que no governo Wagner, governo progressista, isso jamais vai acontecer. Mas não sabemos do futuro.

Portanto, é importante a revogação dessa lei que permite a privatização da Embasa. E o governador Jaques Wagner encaminhará o projeto para que ela não seja permitida. A privatização foi suspensa, mas a lei ainda existe. Então precisa ser revogada.

Deputado Joseildo, que vem trabalhando junto com outros parlamentares, é importante ressaltar isso, porque num período passado vivemos aqui momentos de privatização da Coelba, do Baneb e da aprovação da lei para privatizar a Embasa. Portanto, medidas que causaram prejuízos enormes à população. Naturalmente a aprovação da lei já poderia ter sido revogada há algum tempo. Inclusive a discussão foi feita com uma indicação nossa. Mas havia alguns entraves que só agora foram superados.

Agora será aprovada uma lei retirando definitivamente o perigo da privatização da Embasa. Esta é uma medida simbólica, importante, estratégica e fundamental para a nossa população. Isso mostra que o governo Wagner tem tomado medidas para melhorar as condições de vida do nosso povo.

Todos nós sabemos dos prejuízos causados no passado pela privatização do Baneb, que gastou aproximadamente 1 bilhão e 500 milhões de reais para sanear a instituição financeira e foi vendido por cerca de 250 milhões ao Bradesco. Essa venda causou sérios prejuízos à população, à economia do nosso Estado. E se reduziu o número de funcionários. Da mesma forma a Coelba foi privatizada, trazendo grandes prejuízos ao povo baiano. Tentaram privatizar a Embasa, e não conseguiram. A lei foi aprovada, mas não conseguiram implementá-la. A luta da sociedade foi mais forte para impedir essa medida nociva.

O governador Wagner está de parabéns por ter retirado todos os entraves que existiam para a revogação dessa lei, porque, segundo o governo anterior, ela não poderia ser revogada. Mas S.Ex^a retirou esses entraves e mandou uma lei que irá revogar, definitivamente, a anterior que permitia a privatização.

Essa vitória é de toda a Bahia, da sociedade, dos setores progressistas! É assim que se governa o Estado, tendo a preocupação com aqueles que mais precisam, reduzindo as desigualdades sociais, melhorando as condições de vida da população e estimulando a economia para a redução do desemprego, como tem acontecido. Isso é melhorar a vida de todos os baianos em todos os sentidos! Portanto, essa medida merece parabéns! E é, repito, uma vitória de toda Bahia!

Parabéns, governador Jaques Wagner!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Gaban pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, deputado Álvaro Gomes, acredito que a população ficaria muito mais satisfeita se o governo do

Estado, ao invés de privatizar ou não a Embasa - essa é uma discussão retrógrada -, estivesse preocupado em dar o abastecimento de água para as sedes municipais. Eu levanto aqui apenas alguns dados: no nosso último governo, foram construídas as barragens de Aipim, França, Apertado, Ponto Novo, Pedras Altas, Pindobaçu, Bandeira de Melo, Santana. Ao final do governo Paulo Souto estavam em construção as barragens de Cristalândia, Serra Preta, em Barra do Choça, Souto Soares/Mulungu do Morro e Riacho da Torta.

Pergunto: o que este governo, em sete anos, construiu para melhorar o abastecimento de água? Se pegarmos, e não precisamos ir longe, veremos aqui: (Lê) “Em 2012, quando do seu parecer prévio referente às contas do Poder Executivo de 2011, o conselheiro Pedro Lino diz: “Orçamento restrito para enfrentar a maior seca dos últimos 30 anos.” Ou seja, o governo não investia, já em 2011, para combater os efeitos da seca, que agora está fazendo? Bonfim, há tanto tempo a região sem água; Vitória da Conquista, mais uma vez com racionamento de água, e dezenas e dezenas de comunidades.

Nada, eu sempre digo, minha cara deputada Graça Pimenta, nada acontece por acaso. Se pegarmos e analisarmos a pesquisa do Sicof Gerencial, no exercício de 2012, o governo da Bahia aplicou apenas R\$ 96,7 milhões, recursos originários do Estado, ou seja, do Tesouro, Royalties, Fundo da Pobreza e Fies, e aí por diante, em ações de combate à seca. Repito: R\$ 96,7 milhões, através de execução de obras de implantação de sistema de abastecimento de água, construção de cisternas, implantação de soluções hídricas, construção de barragens e aguadas e perfuração de poços. R\$ 96,7 milhões!

Em 2011, através de pesquisa realizada pela assessoria do Tribunal de Contas do Estado, no sistema corporativo do Estado, verificou-se que, no exercício de 2011, foram aplicados recursos financeiros no montante de R\$ 37 milhões apenas, através de execução de apenas dois projetos e duas atividades, visando a assistência às famílias e municípios e implantação de soluções hídricas, ou seja, cisternas, aguadas e poços artesianos.

Agora, pasmem Srs. Parlamentares e membros da imprensa, nesse período, vejam quanto o governo gastou com publicidade: enquanto o governo do Estado investiu apenas R\$ 96,7 milhões em ações de combate à seca em 2012, os gastos com publicidade e propaganda alcançaram R\$ 144 milhões! Todo mundo sabe que dois terços do território baiano está localizado no semiárido. Como é que um governo do Estado tem a ousadia e o desrespeito ao povo do interior, aplicando nesse período R\$ 144 milhões em propaganda e R\$ 96,7 milhões em ações de combate à seca! No ano de 2011, ele gastou R\$ 122,3 milhões em propaganda. Os gastos com publicidade subiram, nesse governo, o índice de 162,5%, entre os anos de 2007 e 2011, exercícios que compreendem as duas gestões do governador Jaques Wagner. As despesas com publicidade saltaram de R\$ 46,6 milhões para R\$ 122 milhões.

Por isso, seria mais do que oportuno, o governo que no ano passado gastou três vezes mais com publicidade do que com ações efetivas, lançasse uma campanha agora, como lançou Água para Todos, Racionamento para Todos na Bahia, dizendo

aos milhões e milhões de baianos que estão vivendo sem o serviço de abastecimento de água da Embasa porque o governo investiu muito mais em propaganda do que em ações efetivas. Por isso se diz, corriqueiramente, meu caro Uziel, aí na cidade: “Eu gostaria de viver no mundo da propaganda do PT, não na realidade de um governo do PT no Estado da Bahia.”

(Revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Mário Negromonte Júnior. (Pausa) Com a palavra o deputado Adolfo Menezes.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Sr^a Deputadas, Srs. Deputados, discordo aqui, ontem, do deputado Paulo Azi, quando dizia que era um engodo que esse governador faz com o Programa Água para Todos. O que interessa, deputado Carlos Brasileiro, para o povo baiano é que as obras sejam realizadas, não importa se foram com os recursos do Governo do Estado ou se foram com os recursos do Governo Federal....

(O Sr. Gaban fala fora do microfone.)

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Em campo Formoso, deputado Gaban, posso falar com toda a propriedade que nenhum governador investiu tanto em água como o Governador Wagner. Só agora do ano passado para cá estamos fazendo o sistema de água de Socotó, que vai beneficiar 15 localidades e que até pouco tempo se abasteciam carregando água na cabeça, como faziam em séculos passados.

Infelizmente, o governador Wagner tem dado esse azar, deputado Joseildo, de a Bahia está passando a metade do seu território por uma seca mais devastadora, segundo os estudiosos, há mais de 50 anos, infelizmente. O governador que fez a grande adutora de Guanambi, que nenhum governo fez....

(O Sr. Gaban fala fora do microfone.)

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Algum governo fez alguma coisa, deputado Gaban, é normal.

(...) que está fazendo a adutora de Ponto Novo, a adutora da região de Irecê com 180 quilômetros, que já decidiu, em virtude da emergência, fazer o canal e a adutora de Juazeiro para a região de Senhor do Bonfim. O deputado Carlos Brasileiro falou aqui há pouco que vai atender a 500 mil pessoas daquela região, tais como: Campo Formoso, Bonfim, Ponto Novo, Jaguarari e que perfurou milhares e milhares de poços. Agora em Campo Formoso, mesmo, deve estar furando, claro a nosso pedido, mais de vinte, com quatro equipes da Cerb.

Infelizmente, a Bahia com o território que temos, com a seca que devasta a metade do território, não tem governador, deputado Joseildo, que faça milagres, infelizmente! Porque precisamos é pela emergência pela calamidade, de atitudes mais rápidas do Secretário Rui Costa, que está encabeçando esse comitê, porque barragens, adutoras levam tempo para estar em operação. Então, precisamos, infelizmente, de carros-pipas, coisas que não eram mais para estar acontecendo. Mas infelizmente o Governador Wagner não pode atender ao mandachuva, vamos dizer assim.

Hoje que era o dia da esperança, dia de São José, que os caatingueiros, que os

nordestinos esperam que ele mandasse chuva, parece que São José está de mal com a Bahia, está de bem com o Ceará. Falará há pouco com o Ceará, e lá está caindo uma chuva terrível, quer dizer uma chuva bem vinda lá no estado de Ceará, e aqui São José deixou a Bahia de lado, parece-me, este ano.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, queria falar aqui também, não sei qual o orador, o deputado Marcelino Galo falou do absurdo, o Supremo Tribunal querendo legislar. Mas isso aí o Congresso Nacional, os nossos colegas deputados federais dão essa ousadia, não fazem as leis, deputada Maria Luiza. E agora o Supremo é quem está mandando, quer dizer, há muito tempo no Congresso ou querendo mandar. Vejamos esses absurdos dos *royalties*, o Congresso derrubou o veto da Presidenta Dilma, e agora o Supremo dá uma liminar, a Ministra Carmen Lúcia suspendendo de novo.

Queria saber se o governador do Rio de Janeiro, o governador do Espírito Santo, o Alckmin, de São Paulo, se eles estivessem governando Alagoas, Sergipe, se eles iam também, deputado Paulo Rangel, fazer conta dessa riqueza que é de todo o povo brasileiro. Mas, infelizmente, é a política que é feita em nosso País, cada um quer tudo para si e que se dane com o resto dos brasileiros dos outros estados.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Não importa se está, aqui, faltando água ou se o povo está com fome. O governador Sérgio Cabral quer cuidar do estado do Rio; o Casagrande, do Espírito Santo e o Alckimin, de São Paulo. Esses governadores, com tanto dinheiro, querem mais dinheiro para seus estados. Infelizmente, esta é a triste realidade de nossos políticos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, na última quarta-feira, em Feira de Santana, foi realizada uma audiência pública para discutir a privatização do Hospital Geral Clériston Andrade.

Tive a oportunidade de ser o primeiro orador e fazer as minhas colocações, porque discordo da privatização do Clériston Andrade. Depois, falou o Líder do Governo, deputado Zé Neto, e, em seguida, o secretário Jorge Solla. O secretário levou uma hora rebatendo o nosso discurso com inverdades; traduzindo-se, assim, em um poço de arrogância que é o secretário Jorge Solla: arrogante e prepotente. Não é um homem forjado ao debate e às discussões. Ele entende de imposição. Ele entende de força.

Queria jogar no meu colo, imaginem, que eu fiz parte de um governo que era o governo das privatizações. Ora, elegi-me deputado em 2010. Se Paulo Souto privatizou a Coelba, é problema de Paulo Souto e de quem apoiou a privatização da Coelba que foi mal feita. Agora, não queiram jogar nos ombros deste deputado uma atitude infeliz do governo, no passado, para justificar a infelicidade de privatizar o Hospital Geral Clériston Andrade.

Ora, mas Jorge Solla vem falar e criticar as privatizações do passado, quando faz parte de um governo que está vendendo as estradas da Bahia. Ninguém entra e sai de Salvador sem pagar pedágio. Durante uma hora, eu ouvi, atentamente, o discurso com as inverdades do secretário Jorge Solla, quando ele deveria se ater a explicar à população e aos presentes os motivos que estão levando a Secretaria da Saúde a privatizar o Hospital Clérison Andrade.

O secretário Jorge Solla tem de explicar, porque o Instituto Sócrates Guanaes, que geriu o Hospital da Criança, está cobrando, agora, uma dívida de R\$ 19 milhões. É um montante financeiro parecido que muitos prestadores de serviços têm direito, pois eles têm dinheiro a receber a fim de pagar as suas indenizações uma vez que estão com pendências trabalhistas.

Será que o secretário Jorge Solla quer entregar também para uma outra organização e o trabalhador ficar nessa pendência? O Instituto Sócrates Guanaes reclama essa dívida. E como pagará as pendências trabalhistas se a Secretaria de Saúde se recusa a repassar os recursos ou se recusa a repassar o dinheiro?

Então, secretário Jorge Solla, a mim, o senhor não deve explicação tampouco afeta-me, em nada, ser chamado de populista. Quero ser populista, mas quero estar consciente com a minha cabeça, com a minha tranquilidade. Estou buscando fazer o melhor dentro daquilo que vejo e que vislumbro para a saúde no estado da Bahia.

Quando defendi a construção de um hospital geral ou um novo hospital para Feira de Santana, ele disse que eu estava pongando no discurso do governador. Ora, é uma campanha que faço no rádio desde 2004, quando Jorge Solla nem pensava em ser secretário de Saúde do estado da Bahia.

De modo que Jorge Solla é desinformado. Foi para Feira de Santana levando nas costas toda a sua arrogância que lhe é peculiar, quando deveria se ater a explicar o que tem levado à privatização o Hospital Clérison Andrade. Justificar os motivos dessa privatização e dizer como vamos melhorar o atendimento na saúde. As pessoas estão lá amontoadas nos corredores do hospital, e isso ele não soube explicar. Mas vem com o seu discurso arrogante, com a sua prepotência, tentando intimidar, mas ele não vai nos intimidar. Ele pode até me convencer pelos argumentos educados, sensatos, concisos, claros e explícitos. Jamais pela força, jamais pela arrogância, jamais pela prepotência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Uziel Bueno por 5 minutos.

O Sr. UZIEL BUENO:- Boa tarde, Sr. Presidente, todos os presentes, deputados e deputadas, todos que nos acompanham pela *TV Assembleia*, hoje fiquei muito feliz na Comissão de Segurança Pública e Direitos Humanos pelas presenças não só dos deputados titulares daquela comissão, mas também pelos deputados que não são dela, e da Associação das Polícias Militar e Civil, que vem cobrando melhorias para a categoria.

Lá também pude falar mais um capítulo da série. Pense num absurdo, na Bahia tem precedente. “A Missão”, “O Retorno”, parte I, parte II, parte III... E agora, mais uma vez, na Secretaria da Segurança Pública, descobrimos que no *site*, em “dicas de segurança” mais uma aberração. Mais uma aberração em “dicas de segurança”: Desta vez, não foi o dinheiro no bolso para satisfazer ao ladrão, não, desta vez, deputados e deputadas, “dicas de segurança” para saber como você deve se comportar em um sequestro relâmpago. E aqui temos deputados cujos familiares já passaram por isso. Quando você for jogado na mala, você deve empurrar o farol e agitar como um doido. Estava lá, está lá na “dicas de segurança”: “agitar como um doido.” No mínimo, isso aí é um preconceito contra os deficientes mentais e também uma orientação errada, porque, se você se agitar como um doido, eu acho inclusive que você pode morrer. Claro que isso na Comissão de Segurança Pública, hoje pela manhã, onde estavam diversos policiais, coronéis, majores, tenentes, soldados, policiais escrivães, agentes da Polícia Civil, eles deram risada, porque são tão ridículas essas dicas de segurança que realmente eu acho que a Secretaria da Segurança Pública está brincando de fazer segurança neste Estado, e é algo muito sério.

Mas há algo que me traz aqui a esta tribuna também... Não quero nem me debruçar sobre isso, porque está me dando dor de cabeça só de pensar que todo dia vou me deparar com dicas de segurança daquela forma e a Bahia virar chacota nacional, porque vai virar! Amanhã, deve estar em todos os jornais, *Folha de S. Paulo*, *Estadão*, e por aí vai, vai virar chacota nacional. Depois de “atestado de virgindade”, depois de satisfazer o ladrão com um dinheiro no bolso, vai virar chacota nacional! Isso é inadmissível!

Mas o que me traz aqui novamente é para falar em relação a algo que, na semana passada, eu estava debruçado sobre outras bandeiras, mas eu fui provocado. Fui provocado não só por alguns deputados, como Zé Neto, mas também pelo presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, deputado Marcelo Nilo, que, através da imprensa, chegou a dizer que os deputados é que não queriam reduzir o recesso parlamentar. Recesso ou férias, o que queiram chamar. Eu fui provocado, infelizmente estou aqui nesta tribuna para reafirmar, e eu tenho certeza de que existem alguns deputados que querem e, entre eles, eu também quero.

E, ainda mais, eu não quero para 60 dias, não, deputado Rosemberg, infelizmente eu fui provocado e tenho que falar: eu não quero para 60, eu quero para 30 dias. Inclusive estou com uma PEC na minha mão, já foi assinada por três deputados, e eu espero conseguir

as 21 assinaturas, a PEC que reduz de 90 para 30 dias o recesso, ou férias, o que queiram chamar. Está aqui na minha mão, os deputados que quiserem assinar, por favor, estarei ali no meu cantinho, com humildade, esperando as 21 assinaturas para entrarmos com essa emenda constitucional.

Acho que devemos seguir o mesmo patamar dos trabalhadores, que têm 13 salários no ano e apenas 30 dias de férias. Não somos melhores do que qualquer outro trabalhador do Brasil: temos que ter 13 salários e 30 dias de férias. Essa é a minha posição, de Uziel Bueno, e tenho certeza de que é também a dos três deputados que já

assinaram essa PEC.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando vêm com afirmações como essa na imprensa, dizendo que os deputados não querem, acho que isso é, no mínimo, irresponsável. Afirmo isso porque há deputados que querem, sim, essa redução, seja para 60 ou 30 dias, como é o meu caso e dos deputados que já assinaram essa PEC. Espero que tenhamos as 21 assinaturas para que possamos dar entrada, porque o sistema é bruto, mas não pode ser para o povo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Grande Expediente.

Com a palavra o deputado Álvaro Gomes pelo tempo de 25 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, nobres deputados, vou abordar alguns temas. Antes, porém, queria falar um pouco sobre o pronunciamento do deputado Uziel.

Primeiro, gostaria de dizer que a Assembleia Legislativa pode tomar qualquer decisão: manter 90 dias de recesso, reduzir para 60, para 30 ou até mesmo não ter recesso, funcionar ininterruptamente o ano inteiro. Esse é um assunto que deve ser debatido, discutido, analisado, e a maioria se posicionar de acordo com o que considerar melhor para a sociedade.

Até entendo que a população argumente que recesso é férias, porque temos aí os grandes meios de comunicação, que deveriam ter analisadas a renovação das suas concessões, porque acho que veículo de comunicação que desinforma, que mente, que não cumpre o seu papel ético, deve ser julgado e tomadas as decisões necessárias para que isso não aconteça.

Pois bem, até entendo que a população, devido à desinformação passada por alguns veículos de comunicação, ache e repita que recesso parlamentar é férias. Mas, tenha paciência, meu nobre deputado Uziel Bueno, com todo o respeito que lhe tenho, V.Ex^a ter dúvida se recesso é férias?!

Compreendo que V.Ex^a tem um programa num grande veículo de comunicação e está sujeito às regras dele; também compreendo que pense assim por ter pouco tempo aqui. Mas acho que já está na hora de entender que recesso parlamentar não é férias. Repito, não é férias.

Que a população, desinformada por alguns meios de comunicação, pense que recesso é férias, é até compreensível, porque se a *Rede Globo* diz que recesso é férias, a população vai achar que recesso é férias, se a *Bandeirantes* diz que recesso é férias, a população vai entender que recesso é férias, se os grandes meios de comunicação dizem que recesso é férias, a população vai entender que é férias. Agora, um parlamentar sair aqui anunciando que recesso é férias, aí tenha santa paciência, aí pelo amor de Deus, pelo amor de Deus!

O Sr. Paulo Rangel:- Um aparte, deputado.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Vou conceder um aparte a V.Ex^a

Eu vou dizer aqui para os parlamentares que ainda têm dúvida o que é o recesso, resumir: “Recesso é ausência de sessões plenárias e ausência de reuniões das comissões”. Todo o resto funciona, elaboração de projetos, inclusive até votação de projetos, se necessário for. Durante o recesso pode-se votar projetos de deputados, a qualquer momento, em qualquer situação. Dizer aqui que recesso é férias, aí paciência, é aceitável para a população, mas para um deputado, para um deputado, mesmo um deputado novato, aí vou te contar, é difícil!!!

Com o aparte o deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Deputado Álvaro Gomes, eu ouvi atentamente o seu discurso e entendo a preocupação de V.Ex^a em relação a temas que vêm sendo abordados aqui pelo deputado Uziel. Deputado novo, deputado que tem, inclusive, vínculo empregatício com meio de comunicação, e um deputado que sempre faz comentários relacionados com o submundo.

E eu gostaria de dizer aqui para o deputado, ele que é um deputado novo, que é preciso muita cautela nas abordagens que se faz nesta Casa. Até porque nós temos preocupação, sim, em relação a algumas situações que vive o Parlamento brasileiro, entendemos que o Parlamento tem que tomar algumas medidas voltadas para dentro que coíbam, por exemplo, que determinadas pessoas recebam salário de deputado e auferam salários, também, da iniciativa privada. Porque é muito fácil, é muito bom vir até este Parlamento e, muitas vezes, no horário do expediente que se dá aqui nesta Assembleia, estar trabalhando outras programações. Eu acho que o deputado Uziel devia, inclusive, abrir mão do seu salário como apresentador de um programa de rádio e de televisão, já que ele é o grande moralizador, o paladino da moralidade, aqui dentro desse Parlamento, ele, inclusive, que é uma pessoa muito nova.

Eu entendo também que está sendo recorrente a abordagem do deputado em relação a esse tema. Talvez o deputado precise de um recesso, para que, ele que foi surpreendido com o resultado eleitoral, e chega nesta Casa recentemente, faça uma reflexão bem melhor sobre o tipo de intervenção que ele deve ter aqui nesta Casa, porque tem sido, inclusive, uma intervenção extremamente provocativa em todos os temas que ele tem abordado.

Se tem deputado aqui que não trabalha, eu diria que é uma grande minoria, ou talvez não tenha nenhum. Confundir, como diz V.Ex^a, recesso com férias é porque, talvez, tenham deputados que não conheçam o interior do Estado. Este Estado, inclusive, de uma abrangência territorial imensa e não conhecem o trabalho que é feito nesta Casa parlamentar, quando não temos aqui a existência de plenária.

Mas, voltando, como todos sabem aqui, sou funcionário da Companhia Hidrelétrica do São Francisco. Mas, para estar aqui neste parlamento, tive de abrir mão, deputado Marcelo Nilo, do meu salário como funcionário da Chesf, coisa que não existe com aqueles que auferem salários milionários, inclusive, muitas vezes explorando a miséria do povo.

Portanto, acho bom baixar a bola. Esta Casa é uma Casa afeita ao debate e aqui não tem ninguém melhor do que ninguém. Muito obrigado, deputado Álvaro Gomes.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Eu incorporo o aparte de V.Ex^a ao meu discurso e acrescentaria dizendo o seguinte. Sobre a questão do recesso parlamentar eu falo com tranquilidade, porque nesses 10 anos sou o deputado mais assíduo e nem por isso venho aqui defender fim de recesso, redução de recesso e nem por isso venho aqui dizer que deputado não trabalha.

Todos os deputados trabalham e trabalham intensamente. Uns trabalham defendendo os patrões, outros trabalham defendendo os trabalhadores. Uns trabalham defendendo a sociedade e outros trabalham contra a sociedade. Mas, todos trabalham, isso é inquestionável. Agora, a manutenção do recesso é importante até para os deputados não saírem do plenário no seu horário de sessão plenária, para irem a uma atividade particular que não tem nada a ver com o mandato.

Então, é preciso ter o recesso parlamentar para os parlamentares, nesse período, terem mais tempo de interagir com as suas bases nos 417 municípios deste Estado, terem mais tempo para se organizar, para se planejar, para que os deputados não saiam daqui nos horários de votações, para que os deputados não saiam daqui nos horários de comissões, para que os deputados, durante o período que está funcionando, estejam atentos e permaneçam aqui ao invés de sair para resolver problemas particulares ou até problemas do próprio mandato.

A redução do recesso parlamentar, para mim, é uma despolitização. Para mim, diminui o papel do parlamento. Mas, eu tenho a tranquilidade de dizer o seguinte: se não tiver um dia de recesso, sequer, para mim não faz nenhuma diferença. Estarei aqui todos os dias, como estou todos os dias, no recesso, fora do recesso, em todo lugar.

Agora, acho que essa é uma medida que diminui, objetivamente, o papel do parlamento, porque alguns deputados, durante o funcionamento da Assembleia, vão sair, porque precisam sair em determinado momento, e alguns vão sair até para resolver problemas particulares. Porque aqui, o horário de funcionamento das sessões plenárias normais, quando não tem votação, é das 14:30 até as 18 horas. E aí, vai ter gente que vai sair antes das 18 horas, vai ter gente que vai sair às 15, às 16, às 17 horas. Vai ter gente que não vai estar presente.

Então, o recesso é importante para fortalecer o parlamento. Agora, não tenho nenhum problema. Qualquer que seja a decisão da maioria dos parlamentares, estou aqui firme. Se for recesso zero, para mim não altera nada. Recesso 30 dias, 90 dias, não altera nada. Enfim, acho que o recesso que temos hoje fortalece o trabalho legislativo. A redução acho que diminui o papel da Assembleia Legislativa.

O Sr. Zé Neto:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Com o aparte o deputado Zé Neto, Líder do governo.

O Sr. Zé Neto:- Deputado Álvaro, acho que, a esta altura, o que está muito claro para mim é que o debate está transcorrendo e deve transcorrer num nível de respeito e civilidade. Desses pontos todos que foram elencados, só quero pontuar uma coisa, as demais situações são discussões que se vão dar no coletivo da bancada. Mas uma coisa é certa, não é férias, essa é a única coisa que posso avançar do ponto de

vista do que é decidido por esta Casa.

Não é férias, com a extinção do 14º e 15º salários nenhum recurso pode ser substituído. Quando o deputado Uziel disse que eram 13 salários, foi correto. O trabalhador comum recebe 14 salários mais 1/3, são 13 salários, mais o salário férias e 1/3. Nesse caso, os deputados recebem 13 salários da semana passada para cá. Então, a questão remete mais ainda à situação do recesso como recesso e não como férias, não há nem gozo de férias nem recurso de férias. Se pode reduzir o recesso, esse debate deve ser feito dentro da Casa, como está sendo feito.

Hoje, na bancada da Maioria, conversamos, aprofundamos mais a questão. É evidente que é uma resolução que deve ser tomada, no meu ponto de vista, com a decisão política de cada bancada, e vamos evoluindo na conversa. Não há de ter-se esse açodamento nem essa imposição, porque, evidentemente, podemos ter uma posição contrária ou uma posição favorável e ambas, se saírem açodadas, sairão sem o nutriente mais importante, que é o diálogo, o debate.

Então, parabéns à Casa por estar fazendo seu debate. Esta Casa sabe muito bem os caminhos do debate. E que tenhamos, nessas escolhas, a legitimidade de poder fazê-las no tempo certo.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Incorporo o aparte do deputado Zé Neto ao nosso pronunciamento. Não tenho receio do debate, o debate com tranquilidade e autoridade, nenhum receio de fazer esse debate, e nem outros, qualquer que seja o debate.

Mas eu gostaria, Sr. Presidente, demais deputados, de dizer – o recesso terminou tirando o meu tempo de fala – que hoje, pela manhã, fizemos uma reunião da Comissão de Educação e foi aprovado o projeto de lei nº 18.523/2010, do deputado Paulo Rangel, que dispõe sobre a isenção de pagamento de taxas e outras despesas para inscrição em processos seletivos de acesso aos cursos superiores de graduação das instituições estaduais de educação superior. É um projeto importante, foi aprovado e esperamos que seja aprovado o mais rápido possível aqui no plenário.

Lá também foi feita uma apresentação do pré-projeto *JK, A Mulher que fez o Presidente*, pela graduanda Chica Viana. E o vereador Latinha, de Guanambi, que também fez uma sugestão de que a Comissão de Educação realizasse um debate acerca da possibilidade da luta que vem sendo desenvolvida lá pela criação da Universidade Federal da Serra Geral. Portanto, esse debate deve ser feito, foi aprovado por unanimidade e a data será marcada.

Ainda hoje pela manhã, na Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública, entre os projetos aprovados também o foi de nossa autoria, o de nº 14.201/2004, que institui no Estado da Bahia como feriado civil o dia 20 de novembro em homenagem ao Dia Nacional da Consciência Negra. O relator foi o deputado João Bonfim, deu o parecer favorável, ele também já foi aprovado na Comissão de Direitos Humanos.

Queria também registrar que hoje, pela manhã, tive o prazer de receber no nosso gabinete o prefeito de Gandu, Ivo Peixoto, e também o prefeito de Rodelas, Emanuel, que foram discutir determinados temas importantes para o desenvolvimento

das respectivas cidades, Gandu e Rodelas. Em Gandu, também, uma das lutas travadas é exatamente para que naquela cidade haja cursos de nível superior, seja da universidade federal, sejam das universidades estaduais mas que sejam implantados cursos de nível superior de universidades públicas. Portanto, queria registrar isso. Também recebemos em nosso gabinete ainda hoje o vereador de Heliópolis, nosso companheiro Mendonça.

Quero aqui informar a todos os colegas parlamentares, à sociedade, que solicitei licença na próxima semana, submeti meu requerimento à decisão da Mesa Diretora, que me concedeu licença para participar do Fórum Social Mundial e do Fórum Parlamentar Mundial que serão realizados na Tunísia, na próxima semana. Também sou presidente do Iapaz, Instituto de Estudos e Ação pela Paz com Justiça Social, e inscrevemos uma oficina na qual serei um dos palestrantes, que é a oficina “Paz só com justiça social”. Como temas, vamos abordar os dilemas da sociedade contemporânea e a busca pela paz. Abordaremos o crescimento das desigualdades no primeiro mundo, mais especialmente nos Estados Unidos e na Europa.

Vamos refletir e debater sobre a atenuação das desigualdades nos países emergentes, como é o caso aqui do Brasil. Faremos também reflexões sobre o capitalismo contemporâneo e abordaremos a questão do socialismo fazendo aquela grande pergunta: o socialismo morreu? Então, são temas que vamos refletir no Fórum Social Mundial que será realizado na Tunísia.

Portanto, quero informar a todos que na próxima semana não estarei aqui neste Plenário, mas estarei na Tunísia, de licença concedida oficialmente pela Mesa Diretora.

O Sr. Gaban:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Álvaro Gomes:- Com o aparte o deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Meu caro deputado Álvaro Gomes, acho louvável a ida de V.Ex^a, mas apenas gostaria de lembrar que de acordo com a Constituição Estadual e o Regimento Interno, a Mesa da Assembleia não tem competência para abonar faltas. A competência só existe quando um parlamentar sai em missão oficial, representando a Assembleia devidamente aprovado pelo Plenário da Casa. Outra ressalva que há nas constituições federal e estadual e no próprio Regimento é um atestado médico, que é submetido a três médicos da Casa que dizem o período de afastamento.

Não estou questionando a ida de V.Ex^a, muito pelo contrário, acho louvável que traga os interesses de fora, mas lembrar que a Mesa Diretora não tem competência para abonar faltas de parlamentar quando há ausência nesse sentido. Apenas as duas hipóteses que eu ressaltai para V.Ex^a.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Essa não é a minha interpretação. Com relação a licença médica, V.Ex^a pode ter razão; com relação a licença para participar de conferências no exterior ou em outras localidades, na nossa análise técnica, a observação de V.Ex^a não procede. Mas aqui não é uma discussão técnica porque a minha abordagem é outra, nesse momento. Podemos debater isso posteriormente.

Quero informar que estaremos participando desse processo, estaremos participando do Fórum Social Mundial e do Fórum Parlamentar Mundial com a

aprovação da Mesa Diretora com base exatamente no Regimento Interno. Meu requerimento foi com base no Regimento Interno e na legislação desta Casa aqui. Não faria de forma diferente, não seria necessário se fosse uma viagem de férias ou particular, mas uma viagem para participar de dois eventos de grande importância no cenário estadual, nacional e mundial: o Fórum Social Mundial e o Fórum Parlamentar Mundial.

Eu gostaria de fazer uma abordagem aqui, nestes 25 minutos, para prestar contas dos nossos dez anos de mandato na Assembleia Legislativa. Mas, infelizmente, tenho apenas mais um minuto. Deixarei para a próxima oportunidade em que farei uma discussão, colocando as informações do que temos desenvolvido nesse período curto de dez anos na Assembleia Legislativa e, ao mesmo tempo, refletir sobre as nossas ações.

Portanto, para concluir vamos, continuar a nossa luta buscando avançar cada vez mais na construção de uma sociedade justa, socialista e onde todos possam viver com dignidade.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Antes de passar a palavra aos oradores no Horário das Representações Partidárias, eu gostaria de dizer aos Srs. Deputados que esta Casa é livre para os deputados se posicionarem com relação a qualquer assunto.

O deputado Álvaro Gomes fez seu pronunciamento, todos o fazem e, como presidente da Assembleia Legislativa, e presidente da Mesa Diretora, damos condições políticas e estruturais para que o deputado exerça seu mandato com liberdade e independência.

Com relação ao recesso, os deputados aqui são livres para tomarem a posição política que acharem mais conveniente. Como presidente da Assembleia Legislativa, é obvio que um projeto desse só será colocado em votação quando tivermos o consenso da Casa, como sempre foi aqui em projetos dessa natureza.

Minha posição política é muito clara, há mais de um ano que venho dizendo que sou favorável à redução do recesso de 90 para 60 dias. Mas respeito a posição dos deputados, não é consenso na Casa. E sempre disse, em todas as minhas entrevistas, que recesso não são férias e que os deputados continuam trabalhando. Férias é quando o servidor ou empregado não está no seu trabalho, vai a praia, viaja para o exterior, vai para a fazenda, vai sair com a família, vai tirar 30 dias separado da sua empresa. Na Assembleia Legislativa, o parlamentar, durante os 90 dias... E quero registrar aqui que em seis anos como presidente da Assembleia Legislativa tirei apenas dez dias de férias, quando viajei para os Estados Unidos, em novembro.

A minha posição política é que quando se toma uma decisão, em Brasília, de aumentar, nós aumentamos aqui, quando reduz, reduzimos também. Eu, como presidente da Assembleia Legislativa, gostaria da compreensão de todos para esse assunto. Hoje, na *Tudo FM*, em entrevista a Samuel Celestino, que para mim é um jornalista de muita credibilidade, ele perguntou se quando há aumento em Brasília eu

tomo a decisão de aumentar aqui também. E eu disse que era verdade, porque as leis são vinculadas a Brasília. Então, ele perguntou por que não reduzi o recesso. Respondi que era uma emenda constitucional e precisava da aprovação de 38 deputados e de 21 assinaturas.

Estou aqui dando uma satisfação aos Srs. Deputados. Não sou um homem de querer jogar para a plateia, diferentemente do radialista Uziel, que, hoje, cometeu uma injustiça com o presidente da Assembleia Legislativa. Eu não jogo para a plateia, não ofendo deputado nem quero ser dono da Assembleia Legislativa. Pelo contrário. Sou apenas presidente dos iguais, e os iguais aqui são todos diferentes. Respeito todos os deputados, inclusive o deputado Uziel Bueno.

Mas não posso aceitar que um deputado utilize a força de um microfone, como o da *Tudo FM*, para agredir o presidente da Assembleia, como fui agredido hoje. Não jogo para a plateia, deputado. Não jogo, não tenho esse defeito. Tenho outros, eu jogo o que penso.

Sou presidente pela quarta vez, graças a V.Ex^{as}. Sou um presidente que respeita o Líder da Oposição, assim como ao Líder do governo. Todos aqui são iguais. E não posso ficar calado quando sou agredido injustamente, porque em nenhum momento jogo para a plateia.

Se o radialista perguntar a minha posição, ela é clara, porque sou favorável. Respeito o deputado Álvaro Gomes. Quero até parabenizar V.Ex^a por ter a grandeza de discursar que é contra. Esse é um direito do deputado, dizer se é favorável ou contrário.

Como presidente, quero dizer que tem que haver um consenso da Casa para votar. Foi aprovado o término do 14º e 15º aqui porque senti que tinha quase a unanimidade. Quando eu sentir que há um consenso com relação ao recesso, coloco em votação. Mas, se chegar um projeto com 21 assinaturas, sou obrigado a colocar em votação. Gostaria de passar essas informações. Se um deputado me criticar ali, aceito a crítica. E não aceito que um colega utilize a força de uma rádio para me agredir injustamente.

Estou falando como deputado, como presidente da Assembleia e como cidadão. Acho injusto um colega utilizar a força de uma rádio para agredir o presidente da Assembleia. Sinto-me agredido quando dizem que estou jogando para a plateia. Minha posição é clara. Inclusive não jogo nem para os deputados, cuja maioria esmagadora aqui não quer a redução do recesso. Eu poderia muito bem jogar para os deputados aqui a minha posição política. Estou apenas como cidadão, como deputado e como presidente da Assembleia na minha posição, mas respeito a maioria dos parlamentares.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Horário das Representações Partidárias.

Com a palavra o Líder da Maioria ou do PV para falar ou indicar horador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, usará a palavra o deputado Paulo Rangel por 5 minutos. E depois o deputado Marquinho Viana, pelos outros 5.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, peço permissão só para dizer

aqui que todos os 63 deputados receberam o 14°. Fui obrigado a pagar, porque foi no início dos trabalhos. Todos os 63 deputados receberam o 14°. Se houver alguma dúvida, estou com todos os contracheques.

Com a palavra o deputado Paulo Rangel.

O Sr. PAULO RANGEL:- Sr. Presidente, eu ouvi atentadamente a colocação feita por V.Ex^a e quero destacar um ponto que colocou. Acho que a Assembleia dispõe de tecnologia, de ajuda tecnológica, para que os deputados se coloquem aqui.

Fiz um pronunciamento. Terei que me dirigir ao gabinete. Logo, logo estarei voltando. E, de repente, o deputado Uziel Bueno, talvez por imaturidade ou arrogância - e não o conheço pessoalmente, nem conhecia como apresentador, porque não sou chegado àquele tipo de programa -, faz uma abordagem como se eu estivesse fugindo do debate. Ele não me conhece. Quando Oposição, deputada Kelly Magalhães, fui um dos deputados que participou de debates áspers aqui nesta Casa. Mas sempre tratei meus pares com respeito.

Não responderei a deputado fora da tribuna, até porque temos a tribuna para fazer o debate aqui. Parece que o deputado Uziel Bueno, além de tentar fazer palanque com o 14° e 15°, fazer palanque com o recesso, agora é verificador de quem está ou não no Plenário. É mais uma função que o deputado Uziel está assumindo, neste momento, como se fosse corregedor informal da Assembleia Legislativa. Paciência, deputado! Vamos devagar com o andor!

Sr. Presidente, ainda sobre o recesso, lamento que esse assunto tenha vindo à baila da forma que veio. Acho até, deputado Carlinhos, que esse debate poderia ser feito no colégio de Líderes e ter vindo a este Plenário com uma posição talvez não consensual, mas de ampla maioria. Agora, acho, deputado Gaban, que esse debate não foi iniciado nesta Casa da melhor forma. Com V.Ex^a, deputado, debati muito, mas sempre nos tratamos com o máximo respeito fora da tribuna, fora dos microfones desta Casa.

Quero aqui, Sr. Presidente, fazer justiça ao ex-deputado Zilton. Quando da aprovação da diminuição do recesso em Brasília, ele apresentou uma PEC nesta Casa, que não foi debatida. Aí, o assunto retorna, mas não de uma forma madura e elegante, como deveria.

Por uma questão de franqueza, quero dizer que respeito a opinião daqueles que, de forma honesta e tranquila, entendem que o recesso deve ser diminuído. Coloco-me aqui de forma clara: comungo com a posição do deputado Álvaro Gomes. Entendo, também, que recesso não é férias. Esse é o meu posicionamento atual, deputado Joseildo, posso mudar de posição, meu Líder: o recesso não deve ser diminuído. E não tenho medo de abordagem da imprensa e nem de como os meus eleitores encararão esse meu posicionamento, mas, pelo menos, estou sendo honesto.

Digo mais: fui um daqueles que entenderam, realmente, que o 14° e o 15° salários deveriam acabar. Em relação ao recesso, a minha posição, pelo menos a atual, é contrária.

Receberei alguém no meu gabinete e voltarei logo depois para, se preciso for, continuar este debate.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Marquinho Viana, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. MARQUINHO VIANA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, acho que essa matéria relativa à diminuição do recesso dos deputados já está batida e decidida aqui. Eu mesmo, que venho do interior, a mais de 600 quilômetros desta Capital, preciso do recesso para visitar as minhas bases. Não estarei em férias.

Montei aqui, agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um escritório para atender melhor ao meu eleitorado, não só de Barra da Estiva, mas de toda a minha região.

Essa matéria já está vencida. O nobre deputado Uziel também entende isso. Acho que é caso vencido, e o recesso não será diminuído.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho a esta tribuna mais uma vez para trazer um assunto de extremo interesse de toda a Bahia e de todos os prefeitos e prefeitas recém-eleitos.

Foi publicado no Diário Oficial, nobre presidente, no dia 15 de março, o edital contendo o prazo para que os prefeitos e prefeitas apresentem seus projetos para o São João, São Pedro e Santo Antônio. O que venho pedir desta tribuna, nobre presidente, é que o nosso secretário do Turismo prorrogue o prazo de 27 março para 15 de abril para que os prefeitos apresentem os projetos.

No jornal desta semana, o prefeito de São Gonçalo dos Campos – está, aqui, o deputado Targino Machado que muito bem representa aquela cidade – disse que não fará o São João naquela cidade, porque o município não tem condição, porque o município está no semiárido, não choveu e está seco. Ora, nobre presidente, nobres deputados, isso não é motivo, porque o São João é uma festa tradicional do interior da Bahia. A realização desse evento traz emprego e renda para o município e para as pessoas que nele residem. Com a realização do São João o barraqueiro vende o seu espetinho, vende a sua cerveja, os comerciantes vendem os seus produtos e os hotéis ganham dinheiro com as diárias.

Então, venho a esta tribuna, nobre presidente, solicitar que, para os municípios que estão em situação de emergência comprovada, nós vejamos uma maneira de diminuirmos a exigência com a documentação. Sei que o Tribunal de Contas exige em razão da existência de uma lei federal, mas temos de achar um meio termo para buscarmos, junto aos órgãos competentes, uma maneira de facilitar a liberação desses recursos para que os municípios possam realizar o São João, o São Pedro e o Santo Antônio. Nós estamos enfrentando dificuldades com a seca, nos municípios, hoje, não há água para as pessoas beberem e nem para os seus animais na zona rural, mas a realização do São João também é uma maneira de gerarmos emprego e renda.

Nobre presidente, era isso o que eu queria deixar registrado nos Anais desta Casa. Muito obrigado. Agradeço a todos os deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PSB...

O Sr. Luciano Simões:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Luciano Simões.

O Sr. Luciano Simões:- Sr. Presidente, cada assunto, cada questão, nesta Casa, tem o seu foro próprio. O foro para o debate do recesso parlamentar é a Mesa Diretora da Casa. Esse é um assunto interno que deve ser debatido na Mesa Diretora. Não existem férias, o recesso parlamentar é recesso do Plenário e da tribuna da Casa. Isso tem de ser debatido na Mesa Diretora.

Estamos com os bovinos e os caprinos morrendo em todo o interior da Bahia; Vitória da Conquista está sem água em sua sede; o município de Senhor do Bonfim está sendo abastecido por carros-pipa; o açude Jacurici que abastece três municípios está vazio e os peixes estão morrendo; o povo está bebendo água podre em toda a Bahia; o metrô de Salvador de 6 Km não sai do papel – são 12 anos de corrupção; a Assembleia Legislativa tem de debater os grandes temas que o povo da Bahia, hoje, está enfrentando. Assuntos relativos ao Regimento Interno devem ser debatidos pela Mesa Diretora e pelo Colégio de Líderes e não pelo Plenário, que deve debater os grandes temas da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PSB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, falará o deputado Pastor Sargento Isidório pelo tempo de 5 minutos e a deputada Kelly Magalhães pelo tempo restante.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Pastor Sargento Isidório pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, Srs. da Imprensa, Srs. das Galerias, senhores que nos ouvem por todos os meios de inteligência que Deus deu ao homem, eu venho a esta tribuna no dia de hoje fazer uma reflexão sobre a verdadeira intolerância religiosa, sobre o preconceito, sobre o racismo e, principalmente, contra todo esse tipo de coisa. Sou negro, meus pais também são, graças a Deus, sou evangélico, sempre me apresento desde o dia em que fui liberto pelo Sr. Jesus, como um dos homens de Deus, porque aqui podem ter outros, como mulheres de Deus. Desde o dia que conheci essa palavra fui liberto por ela.

Nesses últimos dias temos assistido a um debate que em nada engrandece a sociedade, debates preconceituosos, racistas, sem nenhum ponto de saída, e eu diria mais, sem ponto de chegada, porque aquele que é grande, estou falando do Deus de Israel, na sua palavra está escrito que Deus é grande e a ninguém discrimina nem despreza.

Mas não sei se deu razão o deputado e pastor evangélico Marco Feliciano, se ele razãoou em um dos seus momentos de suas falas. Com certeza ele pode ter sido mal entendido ou mal interpretado ou pode ter falado coisas que possam ter ofendido, e aí eu não concordo com a questão de racismo, intolerância ou violência de qualquer tipo, até porque aprendi na própria palavra de Deus que forma de amor maior não há

do que dar a vida pelo irmão. Na Bíblia está escrito amai-vos uns aos outros e a melhor forma de vida é o amor.

Mas fiz questão se assomar a esta tribuna, conduzindo duas Bíblias, porque eu creio, e é um direito meu de crença e de fé, creio como católicos e evangélicos e quase todos os cristãos no mundo inteiro crêem, que esta é a palavra de Deus, que este é um livro inspirado pelo Espírito Santo. Quem escreveu este livro foram homens e possivelmente mulheres patriarcas e matriarcas que presenciaram a glória de Deus.

Nesse debate prega-se tanto a questão da intolerância religiosa que me parece que mesmo podendo ter cometido alguma gafe ao falar, o deputado Marco Feliciano está sofrendo sim uma verdadeira intolerância religiosa, meus senhores e minhas senhoras, porque ele está tendo o seu direito de fé e de consciência banalizados. Vejamos o que disse o Sr. Jean Wyllys sobre a Bíblia: diz ele que a Bíblia é uma piada. Ele pega uma Bíblia, um livro que hoje está em todos os Parlamentos e todos os Poderes representando a nossa fé, ele chama de piada. Ele diz que todos aqueles que acreditam nessa piada são palhaços. E ainda repete: falei, todos que acreditam no que está escrito aqui nesta palavra são palhaços. Aí não é intolerância religiosa.

O outro par, porque é tipo par de cobra, parceria de cobra, a gente nunca sabe se é homem ou mulher, se é macho ou fêmea, chamam os evangélicos de desgraçados, esses desgraçados, essa desgraça, chama o cristão de desgraça e isso não é intolerância!

Eu subo a esta tribuna hoje para falar da vinda de Luiza Bairros, ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Ela exerce uma função tão nobre. No jornal *A Tarde* de hoje, está escrito que ela disse que Marco Feliciano deve ser vigiado.

Imaginem em que tempos nós estamos?! E olhem a contradição de quem, como eu, sempre lutou pela liberdade, liberdade plena. Por isso, não subo a esta tribuna para condenar ou censurar nenhum deputado, seja ele de governo ou de oposição, porque esta, aqui, é a Casa da fala, a Casa das ideias e a Casa do debate. Eu acho, inclusive, que a tribuna deste Parlamento é local, sim, para discutir todos os questionamentos que a sociedade tem interesse. E é um direito.

Na Bíblia, ele não acredita. Estou com as Bíblias evangélica e católica nas mãos. Nas duas Bíblias, está escrito, no Livro de Gêneses, que Deus criou o homem à sua imagem e à sua semelhança. Criou o homem. Depois deu um sono no homem, Adão, e retirou de uma de suas costelas a maravilha do mundo chamada mulher: Eva. A partir daí, Deus fixa na palavra: “Criou o Senhor Deus macho e fêmea, homem e mulher.” Doa em quem doer, seja ele ateu ou não, mas é palavra de um Deus de todas as religiões.

Então ele não tem o direito de chamar a Bíblia de piada e os que creem ou se inspiram nesta palavra de palhaço, só porque nós não queremos aderir à sua conduta de cobra sexual, porque sexo, ele não tem. Quem está defendendo o que ele defende quer fazer a erradicação, o extermínio da criatura e do ser humano.

A Bíblia diz que Deus criou macho e fêmea; que Deus abençoou o homem e a

mulher e determinou ao homem e à mulher dominar e mandar na terra e em tudo que nela há. Depois, o Senhor Deus mandou multiplicar, frutificar, ou seja, relacionar-se sexualmente homens e mulheres para a proliferação da criatura, para que eu estivesse aqui e para que vocês estivessem aí.

Tudo isso porque o Senhor Deus sabia e sabe que homem com homem não vai fazer filho; mulher com mulher não vai fazer filho. São verdadeiras as afirmações do ilustre deputado Marco Feliciano: “Instrumento de sexo – diz a medicina – é pênis e vagina. Reto e ânus não são instrumentos de sexo mesmo, pois não foram feitos para serem invadidos, mas para expelição.”

Eu digo mais: acho essas partes do corpo como tubo de descarga, tubo de esgoto do corpo humano. Deus nos fez templo e morada do Espírito Santo. Tudo que há em nós é para glorificar o nome do Senhor Jesus!

A Bíblia diz que deixará o homem pai e mãe e se unirá a uma mulher; deixará a mulher pai e mãe e se unirá a um homem!

Portanto, gostaria que a ministra estivesse aqui trazendo recursos para ampliar os atendimentos, ampliar a secretaria que cuida dos quilombolas, ampliar as questões de etnia. Gostaria que a ministra estivesse aqui para ampliar as políticas sociais e não para fazer este comentário de que Marco Feliciano deveria ser vigiado. Isso parece coisa da ditadura! E o povo de Deus tem o manto e a proteção de Nosso Senhor e Salvador, Jesus Cristo!

Se porventura o pastor errou em sua fala, existe o perdão. Mas não se deve tentar desqualificar e não se deve tentar fazer a queima ou o extermínio. Se lá estivesse um padre, um espírita ou um representante de qualquer outra religião, nós evangélicos respeitaríamos essa pessoa, porque é nossa obrigação cumprir, além da palavra de Deus, a Constituição federal.

Deus não faz acepção de pessoas, eu também não faço. Sou contra todo tipo de violência, mas peço e declaro o meu apoio ao deputado que presidirá muito bem, com serenidade, igualdade e respeito, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Se porventura falhou, ele, como homem de Deus, é capaz de pedir perdão. Como faço aqui antecipadamente, caso tenha ofendido ou sido mal-entendido por algumas pessoas. Branquinhos, pretinhos e amarelinhos, somos amigos, somos irmãos. Deus abençoe.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Horário das Lideranças Partidárias.

Com a palavra o Líder do PSL/PRB/PP para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo o deputado Joseildo Ramos, do PT.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Joseildo Ramos, presidente da Comissão de Justiça, por até 10 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas,

utilizo esta tribuna para dar uma notícia que acho interessante para todos que fazem um bom debate, para todos aqueles que têm interesse em aprofundar, em discutir temas que afligem a sociedade baiana.

Estamos atravessando um momento particularmente difícil para todo o Nordeste brasileiro, principalmente o semiárido nordestino. E como essa região tem na Bahia a sua maior parte, o seu maior território, é fundamental tratarmos dessa questão.

Como membro da Comissão de Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos, falei há pouco com o presidente dessa comissão, o nobre companheiro deputado Leur Lomanto Junior, dizendo-lhe que estaria certa a vinda do secretário da Casa Civil do governo do Estado, o deputado federal licenciado Rui Costa, na próxima quinta-feira da semana que vem. Entretanto, como é a Semana Santa, ele virá na semana seguinte para fazer um balanço e prestar contas das ações que efetivamente foram encetadas para mitigar, minimizar os problemas desta estiagem prolongada.

Da quarta-feira que vem a 15, portanto, será a oportunidade para todos os deputados participarem e tirarem suas dúvidas numa boa discussão que terá lugar na Comissão de Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos. E é importante salientar – e isso vale não somente para o Estado da Bahia, mas para qualquer unidade federada – que é preciso ter boas articulações para alavancar recursos oriundos da União, que é quem mais arrecada nesta Federação trina que temos aqui no Brasil.

Nesse aspecto, o governo estadual tem cumprido bem as suas responsabilidades. Para dar exemplos de algumas obras importantes, estruturantes que foram concluídas entre janeiro e novembro de 2012 no semiárido da Bahia, cito a Adutora do Algodão, uma obra tocada em parceria com a Codevasf e a Embasa, no valor total de R\$ 135.148.000,00, que beneficia uma população de 226 mil pessoas.

Temos também a Adutora de Pedras Altas, construída com recursos próprios da Embasa, que beneficiará uma população de 172 mil pessoas, no valor de quase R\$ 60 milhões. Também Igaporã, Matina, em cujas sedes municipais serão beneficiadas 12 mil pessoas com um montante de recursos próprios da Embasa da ordem de quase R\$ 16 milhões.

Andorinha, na sede do município, abastecimento de água com recursos próprios da ordem de R\$ 6,5 milhões. E por aí vai: Jaguarari, Santo Estêvão, Cafarnaum e diversas outras municipalidades.

É interessante salientar que no Nordeste como um todo foi-se o tempo em que tecnicamente se colocava na ordem do dia a construção, em determinados locais do semiárido, de grandes barramentos, de grandes açudes, que com o tempo, em função de problemas de manejo, de operação tendem a salinizar e com isso se perdem milhões e milhões de reais, em detrimento de ações estruturantes que podem resolver o problema definitivamente, que são barramentos nos cursos, nas bacias dos rios temporários, para a sua perenização, e essa providência está sendo encaminhada.

Então, existe muita água acumulada no Nordeste, mas os sistemas de distribuição não foram trabalhados. Essa deficiência estruturante, que remonta já há muitos anos, tem cobrado caro dos produtores, do homem do campo, esse problema

de convivência com a seca. Afora aspectos importantes de ordem cultural, é preciso que a assistência técnica em extensão rural esteja atenta para cada vez mais se trabalhar na perspectiva de formação de reserva estratégica de alimentação nas unidades produtivas.

Infelizmente, por uma questão cultural, é muito pouca a área de palma que é plantada no semiárido do sertão baiano. Silo, feno, uma série de atitudes tecnicamente já sobejamente conhecidas, que poderiam estar auxiliando o produtor, a agricultura familiar a conviver com esse fenômeno cíclico da seca.

Alguns empreendimentos importantes que estão em andamento para beneficiar boa parte da população que vive nessas regiões e está sujeita ao flagelo que se abate há longos meses, obras importantes que levaram a Embasa, no ano de 2012, só de recursos próprios, investimento da ordem de quase R\$ 900 milhões.

Isso é inédito do ponto de vista do investimento com recursos próprios do caixa da Empresa Baiana de Saneamento, uma empresa pública, que terá ratificada a sua condição de empresa pública na próxima quinta-feira, quando nós estaremos recebendo o projeto que vai definitivamente apagar a sombra da possibilidade de desestatização dessa importante empresa.

Então, empreendimentos, projetos importantes em andamento no município de Campo Formoso, através de poços do sistema de abastecimento de água, da ordem de R\$ 18 milhões, e de Itaberaba, da ordem de R\$ 146 milhões, que estarão fazendo frente a esse problema que hoje estamos enfrentando. O sistema de abastecimento de água de Mairi, Quixabeira, Várzea do Poço, Junco, Paraíso, Jaboticaba e Maracujá, atendendo a uma população de quase 79 mil pessoas com o valor total de R\$ 23 milhões.

A ampliação do sistema de abastecimento de água de Paulo Afonso para beneficiar ao todo os seus 154 mil habitantes, com investimento da ordem de R\$ 38 milhões, e também o reforço e a ampliação do sistema de abastecimento de água de Feira de Santana, mais especificamente do Tomba, beneficiando mais de 128 mil pessoas, no montante de quase R\$ 17 milhões.

Essas e outras informações deverão, sem sombra de dúvidas, estar enriquecendo o debate, a exemplo do balanço das ações concluídas da CERB que perfazem o montante da ordem de 136 milhões de reais, apenas e tão somente no ano de 2012. Só de convênios com as prefeituras, no fornecimento de tubulações de vários diâmetros, foram 254 Km- além do sistema de dessedentação animal na quantidade de 200 unidades que estão contratadas em quase 6 milhões de reais.

São ações importantes que vão livrar o homem do campo, em especial aquele que sobrevive, aquele que faz parte das 665 famílias do campo que estão na órbita da agricultura familiar. Eles terão oportunidade para atravessar com mais conforto períodos de estiagem prolongados, como esse que estamos a debater.

Então, o debate é importante, enriquece e é uma oportunidade única. E de amanhã a quinze, quarta-feira que vem, teremos a oportunidade de ver uma prestação de contas na Comissão de Meio Ambiente Seca e Recursos Hídricos.

Antecipadamente, convidamos todos os nossos pares para que estejam

presentes nessa oportunidade única.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o nobre Líder da Minoria ou do Bloco Parlamentar PTN/PSC/PRP, para falar ou indicar o orador pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Bruno Reis:- Sr. Presidente, o deputado Uziel Bueno falará por todo tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado Uziel Bueno pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. UZIEL BUENO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Senhores da Imprensa e todos os que nos acompanham pela *TV Assembleia*, nunca pensei que 2 minutos da minha fala pudessem provocar tamanha ira em alguns nobres deputados.

Realmente, estou emocionado por contagiar com 2 minutos apenas, porque os outros 3 minutos falei sobre segurança pública. Fiquei amarrado no tema do recesso parlamentar ou de 30 dias de férias em apenas 2 minutos.

Pensei que aqui fosse a Casa do povo, a Casa da democracia. Pensei, inclusive, que qualquer um dos 63 deputados poderia falar sobre qualquer problema ou qualquer situação, inclusive essa que tanto incomoda ao povo brasileiro, porque fala de regalias do Parlamento- como o caso da extinção do 14º e 15º salários. Fiquei surpreso com tamanha ira e espantado pela forma como o deputado Paulo Rangel se colocou, como se o Parlamento fosse ameaçado por um deputado que veio da televisão e do rádio, que defende o povo. Fiquei comovido e até assustado com o que o deputado Paulo Rangel fez.

Mas não tem problema. Estamos aqui para debater, para expor nossas ideias. E estamos aqui principalmente para ouvir, para ouvir e também defender os nossos posicionamentos, independentemente se tem alguém incomodado ou não aqui dentro.

Vamos continuar fazendo o nosso trabalho.

Os Srs. Deputados estão incomodados com a televisão? Com o rádio?

Srs. Deputados, quem já foi no meu programa de rádio, no meu programa de televisão, inclusive o próprio presidente, Marcelo Nilo, sempre foi muito bem recebido, e falou o que quis e até o que não quis. E uma crítica feita no rádio incomoda tanto? Como assim? Censurar-me, tentar censurar-me aqui na Assembleia até pode. Mas no rádio, na televisão, não, pelo amor de Deus! Censurar-me no rádio, na televisão, aí vou ficar mais incomodado ainda. Mas não tem problema.

Presidente Marcelo Nilo, V.Ex^a vai continuar sendo bem recebido nos meus programas no rádio e na televisão, ou qualquer outro deputado, para colocar seus ideais, como sempre foi. Mas realmente fico surpreso quando a ira dos deputados vem de encontro ao encontro de ideias. A tribuna, este Parlamento serve também para isso. Realmente, fico comovido quando vejo, inclusive o presidente da Assembleia Legislativa da Bahia dizer que eu estou dizendo que ele está jogando para a plateia. Não, estou dizendo o que ele disse, em entrevista à *Tribuna da Bahia* e a vários sites

do nosso Estado. Ele disse que se um deputado... Por ele, em 15 dias, colocaria em votação, aqui nesta Casa... Está na entrevista: se um deputado apresentasse uma PEC com 21 assinaturas, ele iria prontamente colocá-la, em 15 dias, para votação. Está assim na entrevista. Fui provocado. Todos aqui fomos provocados, por que não colocar meu posicionamento? Vou colocar, e sempre irei colocar o meu posicionamento, deputado Paulo Rangel. Assim como V.Ex^a, como o deputado Álvaro Gomes e todos os outros aqui, até porque esta é a Casa do povo. É a Casa onde tem que haver o debate de ideias.

Vou voltar à questão inicial: nunca pensei que dois minutos da minha fala pudesse provocar tamanha ira! Deputado Pastor Sargento Isidório, realmente estou comovido, porque falo duas horas por dia no rádio, falo duas horas por dia na televisão e às vezes não provoço isso. Mas estou muito feliz.

Em relação à televisão e ao rádio...

O Sr. Gaban:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. UZIEL BUENO:- Vou concedê-lo, deputado Carlos Gaban.

Isso só me faz ter mais força para lutar pelo povo. Para mim, ser deputado é uma missão, não é comércio. Para mim, ser deputado, estar na televisão e no rádio é para trabalhar pelo povo. Sempre. E vai continuar sendo assim, queiram ou não.

Eu estou aqui todos os dias trabalhando. Estou aqui nas votações, estou aqui discutindo. O deputado Álvaro Gomes sabe disso. Estou aqui todos os dias, concordando com ele e discordando também. Estou aqui todos os dias.

Com o aparte o deputado Carlos Gaban.

O Sr. Gaban:- Deputado Uziel, estou ouvindo atentamente as palavras de V.Ex^a Esta, já foi dito hoje, é uma Casa de iguais, mas de pensamento, muitas vezes, totalmente desigual. Cada um de nós, até porque representa um determinado segmento da sociedade, tem que se pronunciar da maneira que achar mais oportuno. Há muitos temas importantes que V.Ex^a pode tratar e tem tratado no seu programa de rádio e televisão, ainda mais agora que se apresenta numa das Comissões que considero das mais importantes, que é a Comissão de Defesa do Consumidor. Temas, por exemplo, como a qualidade dos produtos... Até havia falado com V.Ex^a, na semana passada, da queda da qualidade dos produtos nos supermercados, produtos totalmente estragados, sem nenhuma qualidade. Eu vi, não sei se V.Ex^a viu, no início da semana, a vigilância sanitária pegando vários produtos no Extra, aqui da Paralela. E eu já denunciava isso a V.Ex^a.

Então, há muitos temas. É lógico que, às vezes, tratam-se de alguns temas que não agradam. E nunca ninguém vai agradar todo mundo, mas o direito de falar, de pronunciar, sim. Agora, a preocupação que todos nós temos, e tenho certeza de que V.Ex^a também, é de preservar a imagem do Parlamento. É o que mais interessa para todos nós. A própria sociedade tem-nos como um elo de comunicação, um elo onde há eco. As queixas, os pedidos que aqui chegam, para que isso, efetivamente, tenha eco na sociedade precisamos ter credibilidade, e V.Ex^a, tenha certeza, é um dos homens que preserva a integridade do Poder Legislativo.

O Sr. UZIEL BUENO:- Obrigado, deputado Carlos Gaban.

Então, estamos neste Parlamento para falar pelos nossos eleitores, estamos aqui representando o povo. E se o povo quer que a gente fale pelo direito do consumidor, pela segurança pública, pelo ferry-boat, pela seca do interior da Bahia, pelo o que quer que seja. A gente vai falar e vai ter que falar. E se for também para falar contra as regalias ditas pelo povo, a gente vai continuar falando, independentemente dos pensamentos contrários. Estamos aqui para falar, para expressar, para as ideias serem debatidas, discutidas e, quiçá, compreendidas por muitos de nós.

Então, Srs. Deputados, venho aqui a esta tribuna, hoje, mais uma vez, para dizer o seguinte: não importa o que o presidente Marcelo Nilo falou hoje. Que não admite uma crítica no rádio de um “simples radialista”, pelo amor de Deus! Uma crítica no rádio de um radialista. Como assim? Não posso falar? Que censura é essa? Não posso criticar? Que censura é essa? E também não posso falar aqui neste Parlamento? Que censura é essa?

E quanto ao meu programa disseram aqui, o deputado Paulo Rangel disse aqui que trata do submundo, não é? Trata do que não presta, não é isso? Olha, a gente ajuda muitas pessoas nos meus programas, a gente mostra a verdade. Mas tenham certeza, Srs. Deputados, inclusive Sr. Deputado Paulo Rangel, no dia em que V.Ex^a aparecer lá, tenha certeza que se quiser posso colocar um mosaico no seu rosto e não vai aparecer, não tem problema nenhum. Mas o dia que fizer algo errado, a gente vai mostrar!

Srs. Deputados, estou para falar a verdade, infelizmente, às vezes, a verdade dói.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o nobre Líder do Governo ou da Maioria ou Líder do Bloco Parlamentar PDT/PCdoB para falar ou indicar orador pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro: - Sr. Presidente Roberto Carlos, vai falar pelo tempo de cinco minutos a deputada Kelly Magalhães e os outros cinco, o deputado Fabrício Falcão.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra a deputada Kelly Magalhães pelo tempo de até cinco minutos.

A Sr^a KELLY MAGALHÃES:- Sr. Presidente, teria muitos assuntos, mas vou dividir aqui o tempo com o meu nobre colega Fabrício. Quero começar saudando aqui o dia 19 de março, que é o Dia da Construção Civil, saudar todos os trabalhadores da construção civil e também São José, padroeiro dos trabalhadores da construção civil. Tradicionalmente é um santo em que está associado ao início das águas, onde temos a tradição, a crença no interior da Bahia que quando chega 19 de março se não chega chuva, será um ano ruim. Portanto, em alguns municípios na minha região onde isso é cultuado, chegou chuva, ficamos felizes, porque sem chuva, estamos vivendo um período muito ruim. Então, quero saudar o 19 de março,

saudando os trabalhadores da construção civil, saudando São José e que este ano seja um ano de muita chuva.

Dizer também que li aqui a matéria de Walter Hurita, que é presidente do grupo Hurita, maior produtor de soja, de grãos na região, em relação às perdas que chegam a quase ou mais de um bilhão, com prejuízo no Oeste da Bahia. E olha que é um contrassenso, porque na verdade a expectativa ainda é de um lucro de seis milhões, mas com a seca, na verdade, é para se chegar a 7 bilhões de reais.

Portanto, lamentamos sem dúvida nenhuma e esperamos que haja dias melhores para agricultura, não somente para o agro negócio mas para o pequeno produtor e para a agricultura familiar.

Sr. Presidente, quero lamentar nesse breve tempo, a decisão tomada pela ministra Carmen Lúcia com relação a questão dos *royalties*. Hoje, e desde ontem estamos assistindo as tragédias anunciadas a cada ano que acontece no Rio de Janeiro, que é o Estado que fica com a maior parte dos *royalties* do petróleo no Brasil. Portanto, queria entender que esse dinheiro que deveria ser distribuído para construir de fato a igualdade entre os Estados brasileiros não serve nem para prevenir as tragédias anunciadas que vemos acontecer no Rio de Janeiro. Portanto, registro o meu protesto.

Para encerrar minhas palavras, falo da visita e da reunião produtiva que tivemos hoje com toda a comunidade de Formosa do Rio Preto. O prefeito Jabes Junior, o vice-prefeito Gerson Bonfanti e os produtores da região da Coaceral pedindo mudanças e alteração na lei, na licitação que sai hoje e que vai atender a rodoagro, de modo que venha a atender a todos os produtores da região da Coaceral que sem dúvida nenhuma é a grande maioria esmagadora dos produtores que contribuem com o agronegócio do Oeste da Bahia. O secretário Otto Alencar foi receptivo e com certeza vai fazer a viabilidade de estudos junto com Julio Busato, novo presidente da Aiba, de forma a atender sem dúvida nenhuma a toda comunidade produtora daquela região.

E para finalizar, quero parabenizar o deputado Uziel Bueno que esteve conosco também na reunião de hoje, mas parabenizá-lo pela emenda colocada na saúde que vai atender ao Hospital do Oeste com o serviço de oncologia naquele município. O Estado tem buscado fazer investimentos para melhorar cada vez mais a saúde, especialmente na Região Oeste da Bahia, Barreiras ainda é uma região que tem muitos portadores de câncer que se deslocam para os grandes centros. Porque lá não tem como fazer e agora recebe uma emenda de 1 milhão de reais de um deputado da região, um deputado comprometido, já colocou 1 milhão para atender a Ufoba, a Ufba já de imediato, já colocou 500 mil reais para atender ao Parque Santo Cristo que é um projeto importante da comunidade católica, visando construir o turismo religioso em nossa cidade, em nossa região e agora consolida mais uma vez colocando para a saúde do povo do Oeste da Bahia 1 milhão de reais para instalar o serviço de oncologia e cardiologia no Hospital do Oeste.

Portanto, desejamos e trazemos aqui essas boas notícias no meio de tanta polêmica e queremos dizer que deputados trabalham, atuam destacadamente no seu

dia a dia e aqui, a tribuna, sem dúvida nenhuma, é o nosso porta voz para trazer essas notícias para o povo, para aqueles que nos estão assistindo agora via TV Assembleia Legislativa.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o nobre Líder, deputado Fabrício Falcão, de Vitória da Conquista e Região.

O Sr. FABRÍCIO FALCÃO:- Falar aqui depois da minha ex-líder Kelly Magalhães, é sempre importante. Ela queria que eu não falasse hoje mas por insistência, amigos, amigas, colegas deputados e deputadas, boa-tarde.

Quero mais uma vez parabenizar o nosso governador Jaques Wagner por toda ação de um trabalho desenvolvido no Estado da Bahia. Agora mesmo em Vitória da Conquista, eu e o deputado Zé Raimundo, estivemos acompanhando o governador na inauguração da Centrel, a Central de Monitoramento da Polícia Militar. O aeroporto sairá na próxima semana o edital na rua para garantir aquela grande obra para Vitória da Conquista, o nosso povo merece.

Mas também quero falar desse absurdo que se tornou o Supremo Federal. O Supremo no Brasil tem agido mais como legislador do que como casa garantidora das normas maiores que é a Constituição Federal, quando de forma irresponsável a Ministra Carmen Lúcia vem colocar a sua contrariedade com que a riqueza maior da nação hoje que é petróleo, seja levado aos 5 mil e 563 municípios, aos 27 Estados, mostrando que existem dois Brasis, o do Sul-Sudeste e o do Norte-Nordeste, que é o Brasil esquecido. E o carioca, e a *Rede Globo* acha que o Brasil é o Rio de Janeiro. Nada contra o Rio, adoro o Rio, acho um Estado belíssimo, uma cidade bonita, faz jus ao nome de cidade maravilhosa, mas o Brasil não é feito só de cariocas, só de paulistas. O Brasil é feito do conjunto de seu povo. E a riqueza gerada pelo petróleo é uma riqueza de todos nós, e o Supremo não pode querer legislar, e a Casa das Leis, o Congresso Nacional, deputados e senadores garantiram que a riqueza dos royalties do petróleo é de todo país, porque não está no território do Rio, está em águas do alto mar, e temos que lutar...

Propus, inclusive, ao presidente da Casa, deputado Marcelo Nilo, que amanhã, na Mesa Diretora, possamos iniciar uma campanha de respeito ao Parlamento e respeito ao Brasil. E que o Supremo faça a sua parte, que é garantir o cumprimento da Constituição e não querer ter o poder de legislar, porque isso cabe aos vereadores, aos deputados e senadores.

Mas há uma polêmica de que o meu amigo Luciano Simões falou, acerca da questão da seca e da importância de debatermos isso nesta Casa. Mas, meu amigo deputado, por quem tenho muito carinho e respeito, não podemos deixar que se achincalhe esta Casa, que se achincalhe o seu presidente, os deputados na discussão hipócrita de que deputado não trabalha.

Eu, como vereador que fui por seis anos, numa cidade como Vitória da Conquista, ali aprovei o fim do recesso, Gaban, do vereador de 90 dias para 30. Acho

que recesso de 90 dias para vereador é muito, é irreal. O vereador legisla no município, ele não está longe do cidadão, é no dia a dia que se conserta o município, e se ajuda a levar as demandas para o prefeito. O deputado, não. O deputado passa um período aqui, nós temos a atividade de fiscalização do ato do Executivo, nós temos a prerrogativa de criar as leis, fazemos isso aqui pouco ou quase nunca, mas fazemos. E temos o papel de ser o ente de acompanhamento das demandas do povo junto ao governador, junto aos secretários. E também visitar municípios. Somos 63 deputados para um universo de 417 municípios. Precisamos estar presentes na vida do povo, e o deputado faz isso.

Quinta-feira estive aqui, sete horas da manhã, dei presença, saí correndo, fui para Vitória da Conquista acompanhar o governador na entrega de milhões em equipamentos para ali. Sexta-feira estive em Cândido Sales. Sábado estive em Catiba, em Barra do Choça, no distrito de Barra Nova e fui a Duas Barras, cheguei em casa quase uma hora da manhã. Domingo estive em Anagé, fui até Caraíbas, e já estou aqui.

Quinta-feira sairei daqui e já tenho agenda em dois municípios. Sábado irei entregar certificados no município de Cândido Sales. Domingo tem dois municípios para visitar, e assim se faz a vida parlamentar. Não se faz com as nádegas numa cadeira ou com a boca no microfone. Porque falar é fácil. E deputado trabalha. Trabalha muito. E quem quiser me acompanhar que possa fazer um tour como eu faço por 30, 40 municípios em um mês, e estando aqui presente.

Encerrando, segunda-feira, cinco e meia da manhã estava no aeroporto com o deputado Zé Raimundo, e ele com uma cara de cansado, porque não dormiu. O deputado Zé Raimundo domingo estava em Eunápolis, rodou 500 quilômetros para ir a uma reunião em Conquista, e cinco horas estava no aeroporto para vir para Salvador trabalhar. Então deputado não trabalha apenas aqui, deputado se faz aqui, em secretarias, como a deputada Kelly falou que esteve com o prefeito junto ao vice-governador Otto Alencar; deputado se faz como eu, na outra semana, estarei por quatro dias em Brasília apresentando emenda parlamentar para ajudar os municípios com obras. Deputado não se faz só de garganta, porque o mundo não se constitui de gargantas, o mundo se constitui de ação, porque precisamos ajudar os municípios. E isso é que faz o parlamentar, estando aqui, estando fora daqui, trabalhando por este Estado que precisa de nós. São 417 municípios, com culturas e diversidades e necessidades diferentes.

Portanto, quero parabenizar o conjunto de deputados pela ação que esta Casa desenvolve, tanto os da Situação como da Oposição, que aqui trabalham e têm um papel importante para o povo da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o nobre Líder da Minoria ou do Bloco PSDB/PR para falar ou indicar orador pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Gaban:- Por 5 minutos, Sr. Presidente, o deputado Luciano Simões. E pelos 5 restantes, a deputada Graça Pimenta.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado Luciano Simões pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Vitória da Conquista sempre trouxe para esta Casa grandes parlamentares. O deputado Carlos Brasileiro é de primeiro mandato, o deputado Bira Corôa já é de segundo e Uziel, de primeiro. Não tiveram o prazer de ter aqui os nomes brilhantes de Conquista.

Mas há os deputados Zé Raimundo, apesar de ter dificuldades hoje no exercício do seu trabalho na defesa do governo, diante do quadro catastrófico da atual gestão, e Fabrício, que também é um parlamentar lutador. A prova de que Conquista tem grandes nomes é que o deputado Zé Raimundo deu um show parlamentar quando foi coordenador da lei que tratou da problemática dos cartórios, aprovada por esta Assembleia.

E assisto agora, deputado Gaban, ao deputado Fabrício, esse grande parlamentar que veio à tribuna falar sobre a visita do governador ao município de Conquista. Eu confesso - e gosto muito do deputado, conheço-o há muitos anos - que fiquei envergonhado e pedi ao deputado Gaban, porque não ia me pronunciar, para falar sobre o que o deputado Fabrício deveria falar.

Aqui ele falou em Regimento Interno, foi lá em Duas Barras, voltou, viajou, foi para Anagé ver a situação da água. Notem os senhores: parece-me, deputado Fabrício, que é a 5ª ou 7ª vez que o Sr. Governador do Estado vai a Vitória da Conquista, um dos maiores municípios do Brasil, entroncamento rodoviário dos principais do País, prometer a recuperação, a reconstrução do aeroporto da cidade.

Sete vezes esse homem foi a Conquista! E o acompanhou hoje o deputado Fabrício e Zé Raimundo, coitado! Está aí: o governador vai a Vitória da Conquista, e esquece aqui o deputado Fabrício - o deputado Luiz Augusto sabe, porque tem propriedade lá -, que está lá o presídio que o governador Wagner desde o dia em que entrou anuncia. Pela sétima vez logo após a sua primeira posse ele vai à cidade, mas está lá o presídio abandonado, inacabado! Só que S.Exª foi hoje novamente reacender o compromisso, já praticamente no final do segundo mandato!

A situação de abastecimento d'água em Vitória da Conquista é uma vergonha! É uma vergonha! Cai água um dia, e fica 15 dias sem cair! As ruas e os bairros mais recentes, bem habitados daquele município, estão sem água. A previsão é de um colapso total! E o governo a cada ano, a cada movimento lá, simplesmente refaz os compromissos, as promessas!

Que governador danadinho, não é?! Tanto que eu, como deputado de oposição, vou acabar acreditando nessa ponte Salvador/Itaparica. Qualquer problema que tem de final de semana, vem Semana Santa agora, aí os jornais vão ser obrigados, devido aos pagamentos da assessoria de Comunicação Social, a publicar mais uma vez a maquete da Salvador/Itaparica, a famigerada ponte que - todo mundo sabe - não vai acontecer.

E agora, para afanar mais os cofres públicos, faz-se uma dispensa de licitação

de 40 milhões para um diagnóstico sobre a ponte, diagnóstico esse que já foi feito há 20 anos pela Odebrecht.

E aí está, esse é o quadro do Estado da Bahia, os próprios deputados governistas se envergonham de tratar da visita do governador porque não têm mais como se dirigir à população de um dos maiores municípios do Brasil, não é só da Bahia. E o governador, pela sétima vez, tenta embromar, enganar a população de Vitória da Conquista com mentiras, com inverdades. Não é à toa que o povo de Vitória da Conquista está, a cada dia, com os olhos abertos para esse governo, que tenta, toda vez, nos últimos anos, enganar o povo baiano.

Como falei aqui na semana passada, o engodo é total. O governador vai inaugurar a BR-235, de Canudos a Uauá – inaugura e faz festa –, obra realizada pelo governo federal, porque é uma BR. E o governador gasta milhões na televisão e nos jornais, divulgando propaganda enganosa.

E hoje ele repete, para a vergonha dessa administração, porque é uma gestão que não tem dado resposta à votação que o governador obteve nas duas últimas eleições.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra a nobre deputada Graça Pimenta, pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr^a GRAÇA PIMENTA:- (Lê) “Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa, presentes nas Galerias, funcionários desta Casa, amigos que nos assistem pela *TV Assembleia*, boa-tarde!

Nobres colegas, ocupo essa tribuna na tarde de hoje para falar de uma das mais recentes proposições que apresentei aqui, na Casa. Estou falando do projeto de lei nº 20.178/2013, que torna obrigatório aos estabelecimentos comerciais do tipo *shopping center*, com mais de 100 (cem) lojas, colocarem à disposição dos clientes e funcionários serviços de pronto-socorro médico para prestarem atendimento gratuito.

Nos tempos mais atuais, é notória a preferência da população pelos grandes centros de comércio e lazer, a exemplo dos *shoppings centers*. Milhares de pessoas trabalham ou frequentam esses lugares todos os dias.

Vale salientar que as pessoas que transitam nesses locais possuem as mais diversas faixas etárias e também podem ser portadoras de inúmeras doenças. Muitas delas podem passar mal e precisar de um atendimento médico urgente.

Caros parlamentares, com o objetivo de evitar danos à saúde de quem não estiver se sentindo bem é necessário que os locais estejam preparados, que tenham um pronto-socorro. Os *shoppings centers* deverão instalar as unidades de saúde com equipamentos adequados, como o desfibrilador; materiais de primeiros socorros e, inclusive, ter ambulância com UTL.

A unidade de saúde deve funcionar com dois médicos e duas enfermeiras. O serviço de pronto atendimento deve ser disponibilizado no mesmo horário de funcionamento das lojas.

Os casos mais complexos devem ser encaminhados às unidades médicas de referência. Na ocorrência de caso grave, que exija tratamento continuado do paciente, todas as providências posteriores ao atendimento emergencial serão de responsabilidade do próprio paciente ou de seus familiares.

Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, os estabelecimentos comerciais têm o prazo de até 120 dias para se adequarem às determinações contidas nesse projeto de lei. Aqueles que não se adequarem estarão sujeitos a advertência e multa.

Os valores arrecadados em razão do descumprimento desta norma serão destinados ao Fundo Estadual de Saúde do Estado da Bahia. A fiscalização e aplicação das penalidades previstas no cumprimento da presente lei vão ficar sob a responsabilidade da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia, através da Vigilância Sanitária.

Nobres colegas de Parlamento, o Estado tem o dever, em nome do interesse público e como responsável pela licença e autorização dos empreendimentos privados, de cobrar destes estabelecimentos segurança para os usuários e impor determinadas condições visando a assegurar e a preservar a saúde da sociedade.

Sabendo da sensibilidade dos colegas para com a área da saúde e o bem estar da população baiana, conto com o apoio de todos para que este projeto de lei seja amplamente discutido nas comissões desta Casa. Deste modo, acredito que poderemos trazê-lo para votação e aprovação em plenário.

Muito obrigada!”

(Não foi revisto pelo oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou ao Líder da PSD para falar ou indicar orador pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Nobre presidente, falará, por todo o tempo, o deputado Bira Corôa do PT.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o nobre deputado Bira Corôa pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. BIRA CORÔA:- Obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Srs. Servidores e Servidoras desta Casa, imprensa, em primeiro lugar, quero utilizar este período e este tempo que tenho para a fala, a fim de parabenizar o governo do estado da Bahia no que tange às ações para a promoção da igualdade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, só esta semana, há dois grandes atos importantes pela ação do governo. O primeiro deles foi a criação de uma rede para combater o racismo e a intolerância religiosa em nosso estado. Nós estamos no estado tido como o mais negro fora da África. Porém ainda temos nosso povo, nobre deputado Joseildo, vivendo os efeitos de um processo de descaso e, acima de tudo, de desnível social, sócio-econômico e político que ocasiona, sem dúvida alguma, um distúrbio na composição e na estruturação da nossa sociedade.

E, hoje, terça-feira, há o Seminário Análise e Reflexões sobre a Legislação

Antirracismo no Ordenamento Jurídico Brasileiro realizado pela Secretaria de Promoção da Igualdade Racial – Sepromi. E, aí, quero destacar e parabenizar a atuação do secretário Elias que passa a discutir os efeitos e a ação do Poder Judiciário sobre o combate à intolerância religiosa e o combate ao racismo. Então, sem dúvida alguma, há ações estratégicas e importantes para a consolidação desta sociedade igualitária que todos nós acreditamos.

O dia de luta pela eliminação da discriminação racial é demarcado como 21 de março. Também, este dia é celebrado, atualmente, no mundo inteiro. E ele surge a partir de um processo de luta e de resistência. E posso assegurar que o dia 21 março de 1960, quando a Organização das Nações Unidas reconheceu este dia como o dia de luta em celebração ao massacre ocorrido na África do Sul, quando 20 mil pessoas protestavam e faziam manifestações contra a lei do passe, pois o povo estava contrário a uma lei que determinava que o negro, para ter acesso ou circular, na África do Sul, tinha de ter o passe.

E, insanamente, a ação da repressão vai, de armas em punho, de encontro à população desarmada e produz o massacre que deixa como saldo 69 mortos e 186 feridos. Essa ação demarca este dia como o dia de reconhecimento, mas, acima de tudo, como um dia de luta, de chamada de consciência e de reafirmação. Esse episódio, conhecido como o Massacre de Sharpeville, é referência e revela a ação de um regime autoritário e racista na África do Sul.

No Brasil, a gente vivencia, hoje, um momento de transformação, mas ainda muito distante de atingirmos, sem dúvida alguma, a sociedade igualitária que acreditamos e defendemos. Podemos destacar que ainda hoje, em pleno séc XXI, traçamos e discutimos ações de tamanha perversidade e enfrentamento de afirmação de uma sociedade ainda desigual e perseguidora.

Presenciamos, há pouco mais de 2 anos, quando trouxe para esta Casa, para o debate, a ação de Mãe Bernadete que, regente de um terreiro em Ilhéus, em pleno ato da sua religiosidade, foi algemada, conduzida ao terreiro e lançada sobre um formigueiro. Um ato de intolerância religiosa sob a alegação de que ali era o remédio para tirar o santo. E ainda hoje, nobre deputado Isidório, os autores não respondem judicialmente. Ainda hoje não há uma definição e uma punição para os autores. Poderia passar a tarde inteira aqui listando ações como essa. Há pouco mais de 10 anos tivemos o Terreiro Abassá de Ogum invadido, a regente do terreiro foi a óbito quando teve seu templo invadido, nobre deputado Uziel, por uma ação, também, de intolerância religiosa. E nós vimos atravessando esse processo. Na cidade do Salvador, tivemos uma ação do município quando um terreiro, um templo de 35 anos de edificação foi derrubado sob uma ação do poder público municipal, desrespeitando esse processo. No ano passado, tivemos um terreiro que sofreu a violência de desapropriação, mesmo estando há mais de 30 anos edificado sobre esse terreno.

Então, são essas e outras ações que nos levam a dizer que o dia 21, que é o dia que marca o combate ao racismo, é, acima de tudo, um dia de luta, um dia em que a sociedade baiana e brasileira são chamadas para uma reflexão: a de que estamos numa sociedade eclética, estamos numa sociedade que tem a maior diversidade sócio-

cultural-econômica e étnica e que precisa ser tratada como tal. Lutar pela igualdade de condições e consolidar políticas afirmativas e igualitárias é, acima de tudo, permitir e conceder direitos constitucionais igualitários.

É por isso, nobre deputado Carlos Geilson, que o dia 21 não pode passar nesta Casa como um dia qualquer, não pode ser visto apenas como uma data comemorativa, ele é um marco da luta e da resistência de um continente que contribuiu e contribui para o desenvolvimento, consolidação e formação de todos os outros continentes. Porque quando discutimos a África, propomos apenas o contexto americanizado da visão da miserabilidade e extorsão. Desconhecemos, inclusive, que a África é, sem dúvida nenhuma, o berço da civilização. As artes e a ciência também já eram praticadas há séculos exatamente pelos nossos ancestrais africanos. A medicina, a arquitetura, a matemática, por que não dizer que as ciências como um todo provêm dos conhecimentos africanos? Como também a sustentabilidade em países como o Brasil que tem a sua agricultura, engenharia e pesca como atividades sócioeconômicas.

Então, sem dúvida alguma, não podemos atribuir ao dia 21 apenas um dia passível de comemoração, mas, sim, como um dia de manifestação, de afirmação e de luta.

Quero também, Sr. Presidente, ainda no pouco tempo que me resta, me reportar ao cenário do debate desta tarde. Primeiro, quero esclarecer que há uma confusão quando se coloca, Sr. Presidente, a liberdade de expressão e a censura. Nesta Casa, Sr. Presidente, neste Plenário e exatamente neste Parlamento, o deputado eleito tem o direito de se pronunciar, de defender os seus interesses e aqui fazer as suas manifestações. Mas é responsabilidade também do parlamentar ter respeito e cuidado para com o Parlamento, porque ele é parte deste Parlamento. E ele não pode atribuir ao Parlamento de forma irresponsável e até inconsequente um pensar que a ele é atribuído.

Quero dizer que censura existe nos veículos de comunicação porque lá tem redação, tem os cortes, tem o chamado ajuste que recebe nomes técnicos para definir a censura e o corte. Aqui, não. Eu estou expressando e liberando o meu pensamento, todos que aqui veem têm essa liberdade, Sr. Presidente. Quero dizer que como instrumento de concessão pública que tem verba pública e direito do povo, o veículo de comunicação tem que ser também com a mesma transparência, tem que apresentar as contas que é um direito da sociedade prestar contas. Temos que rever as programações, não como censura, mas a quem ela está servindo.

Fico pasmo diante da comunicação baiana quando vejo a maioria dos programas que estão muito mais a serviço do narcotráfico do que a serviço da sociedade, quando dizem: isso é o que acontece com quem deve na boca...

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Para concluir, deputado Bira Corôa, o tempo de V.Ex^a está esgotado.

O Sr. BIRA CORÔA:- Vou concluir.

(...) está, sim, Sr. Presidente, fazendo um serviço e um bom serviço para os exploradores e para o narcotráfico, e não está fazendo um serviço para conscientizar e

conduzir a sociedade para se distanciar das drogas.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou Líder do Bloco Parlamentar, DEM, PMDB para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, por 5 minutos o deputado Bruno Reis, e eu utilizarei os 5 minutos restantes.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o nobre deputado Bruno Reis pelo tempo de 5 minutos, mas caso haja necessidade, o deputado tem *know-how* suficiente para que essa direção acrescente o horário para V.Ex^a falar.

O Sr. BRUNO REIS:- Muito obrigado, Sr. Presidente, pelo carinho e distinção no tratamento. Quero cumprimentá-lo e cumprimentar a todos os deputados, os jornalistas que cobrem a TV Assembleia, as pessoas que estão nas Galerias e principalmente aqueles que nos ouvem e assistem através da TV Assembleia, acho que essa questão do debate a respeito da redução do recesso parlamentar precisa ser colocada no enfoque real, o que realmente está se tratando.

Deputado a meu ver não tem férias, não tem feriado e nem final de semana. Todos os deputados aqui aos finais de semana vão às suas bases, se não vão estão com os telefones permanentemente ligados para atender as demandas passadas pela sociedade. Porém, o governo precisa ter a posição firme, nobre deputado Paulo Rangel, de sustentar na tribuna desta Casa e na imprensa o porquê é contra a redução do recesso.

É claro que o governo é contra a redução do recesso porque não quer dar mais 60 dias de tribuna para, por exemplo, o deputado Bruno Reis utilizar este microfone para mostrar quais são os problemas do governo. Não quer que o deputado Uziel Bueno tenha mais 60 dias para questionar o problema da segurança pública, que o deputado Carlos Geilson, que o deputado Gaban, que tantos deputados da Oposição venham a esta tribuna para mostrar quais são os problemas, mostrar a verdade. Não é fazer oposição irresponsável. Nós viemos aqui para dizer a verdade. Agora, se a verdade dói, incomoda, não é culpa nossa.

Então, o debate tem que girar em torno disso. Para a Oposição, o mais sagrado de nosso trabalho é a tribuna. É aqui onde podemos exercitar de forma mais nobre o nosso trabalho. Então é obvio que a Oposição é a favor da redução do recesso. E não quero essa redução para 60 dias, não, mas para 30, porque assim vou estar exercendo na plenitude o mandato.

Então o debate não é se são férias ou não; discordo dessa discussão. Acho que o presidente e os deputados da base do governo – até porque a Oposição é minoria nesta Casa e não tem número nem sequer para dar entrada a uma PEC – precisam trazer o debate para esse campo. Devem ter a coragem de dizer: “Não queremos dar mais 60 dias para a Oposição falar. Não queremos.” Como vocês vão justificar isso? Se é porque o governo realmente tem problemas e vocês não me aguentam, não aguentam o deputado Gaban, o deputado Uziel e o deputado Carlos Geilson,

precisam ter a coragem de assumir essa posição.

Sei que não se trata de férias, pois todos estão trabalhando, estão nesta Casa. Não temos a obrigatoriedade de estar no Plenário na hora das discussões, pois podemos estar no gabinete atendendo e resolvendo problemas administrativos e políticos. Para os deputados da Oposição, porém, é nas comissões e aqui no Plenário que têm a oportunidade de expor as suas ideias.

Sou a favor da redução para 30 dias, na medida em que quero ser ouvido aqui por mais 60 dias por ano. Então é essa a minha posição de forma clara, verdadeira, objetiva, como tem de ser. Acho que o governo precisa levar o debate para esse caminho. Não pode ficar dizendo que não são férias, não pode ficar questionando a posição de um deputado, achando que ele não pode expor suas ideias. O caminho não é esse. É preciso ter a coragem de enfrentar o debate. E a verdade é que o governo não quer permitir que a Oposição tenha mais 60 dias para utilizar a sua artilharia.

Até porque chegaram dois reforços pesos-pesados, os deputados Gaban e Uziel. Se antes vocês já não queriam, imaginem agora com a presença dos dois. É plenamente compreensível a posição de todos vocês, porém precisam assumir.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o nobre deputado Carlos Gaban pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, há duas semanas assumi esta Tribuna para mostrar que no ano passado, dos recursos orçamentários previstos, o governo deu apenas uma reposição salarial ao funcionalismo público, tendo sobrado 428 milhões do orçamento.

Posteriormente voltei a esta tribuna para cobrar a mensagem do Exmº Sr. Governador com o aumento do servidor público. Está em vigor o Plano dos Servidores Públicos, o planão, que define 1º de janeiro como a data-base. Já estamos em mais da metade do mês de março, a inflação aumentou nos últimos meses, e o funcionalismo público estadual não tem nenhum sinal de aumento.

Alertei, também no final da semana passada, que eu estranhava a ausência e a falta de manifestação dos sindicatos que representam as diversas categorias do Estado. Alguns presidentes de sindicatos confundem o alinhamento político deles com o governo do Estado com a representatividade e a obrigação que têm de defender os servidores. Alinhamento político nunca pode ser mais importante do que a representação dos cargos que eles exercem como presidente dos sindicatos. Mas nada aconteceu.

Os sindicatos continuam silentes, calados, não se manifestam. E eu, sem entender a razão desse silêncio, já que o servidor público do Estado da Bahia deveria ter sido registrado desde 1º de janeiro, e atrás dele vêm todos os poderes. Os servidores do Poder Legislativo não tiveram aumento, e só terão quando o Executivo mandar. O Judiciário já mandou.

Não podemos, não temos autoridade para votar nenhum projeto de aumento de

funcionalismo se não vier do Executivo. Até porque quem arrecada é o Executivo. Este ano, tivemos um acréscimo na arrecadação de R\$ 300 milhões no primeiro mês, de R\$ 180 milhões no segundo mês, tudo relativo, comparando com janeiro e fevereiro do ano passado. A expectativa de arrecadação do mês de março é de 250 milhões a mais do que março do ano passado. Por que o governo não manda o reajuste para cá?

Eu alertava, no início da semana, que já havia uma movimentação dos médicos. Parece que o governo não se importou. Eu vi na televisão, com muita tristeza, que os médicos entrarão em greve amanhã. Quantas pessoas morrerão por falta de atendimento médico? Sem contar o número de assassinatos que têm sido cometidos diariamente pelo crime organizado em nosso Estado, e o governo fica quieto. Vai esperar o quê? Vai esperar os médicos se manifestarem na forma tão intensa como os professores? Os pobres já não têm uma assistência médica devida. Vai-se esperar o que para dar o aumento?

Vai-se esperar que a Polícia Militar, que está cobrando a URV, que o governo também não pagou para nenhum servidor... Até a passagem de ônibus para eles o governo não paga, havendo uma lei aprovada em 1997 por este Poder Legislativo, sancionada pelo governador, que dá direito ao vale-transporte para os militares, e o governo tira, não dá. Coloca na comissão que os empresários não querem mais conceder. Ninguém faz nada de graça. O governo tem que cumprir com a sua obrigação primeiro, que é respeitar a lei que dá direito ao policial militar a ter o vale-transporte.

Acho que todos nós, deputados, ficaríamos satisfeitos se houvesse um policial militar em cada ônibus. É lógico que gostaríamos, porque o bandido, o criminoso, vendo um policial militar, não assaltaria aquele ônibus, daria mais tranquilidade à população.

Espero, meu prezado amigo deputado Zé Neto, que o governador envie com a maior urgência possível a mensagem de reajuste, não de reposição salarial, mas de reajuste do funcionalismo público do estado da Bahia. Na hora em que houver um reajuste devido aos funcionários, que já deveria estar em vigor desde 1º de janeiro, esta Casa Legislativa poderá ir no mesmo caminho, dando o mesmo reajuste. Aí, sim, votaremos o dos outros Poderes constituídos do nosso Estado.

Mas fica aqui a minha indignação com o silêncio de todos os presidentes dos sindicatos que representam os servidores públicos do Estado da Bahia.

(Revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o nobre Líder do governo ou da Maioria, ou o Líder do PT, para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, falarão o deputado Luiz Augusto, do PP, e o deputado Zé Raimundo, do PT, cada um por 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado Luiz Augusto por 5 minutos. Caso necessite, deputado, V.Ex^a também terá um acréscimo.

O Sr. LUIZ AUGUSTO:- Srs. Deputados, eu, como nordestino, como sertanejo, eu, que sobrevivo na seca, quero chamar atenção dos Srs. Deputados que têm alguma relação com essa região seca, com a agricultura e a pecuária do nosso Estado.

Em primeiro lugar, vou dividir entre a agricultura e a pecuária do Estado da Bahia hoje. Estamos passando pelo segundo ano consecutivo de seca, no ano passado dizíamos que havia sido a maior seca dos últimos 40 anos; este ano não poderemos dizer que é a maior seca dos últimos 40 anos, porque no ano passado já houve uma grande seca. Mas, nunca houve dois anos seguidos de seca no interior da Bahia.

Aí há um grande agravante: existia uma política clara para a agricultura do Nordeste, mas num passado um pouco mais distante. Hoje, a agricultura do Nordeste está sendo discriminada. Está sendo discriminada por quê? Em primeiro lugar, há risco no financiamento. Então, os produtores que estão nessa área semiárida raramente conseguem financiamentos bancários para que haja plantio. E aqueles que tomaram recursos no ano passado, por uma medida provisória, acertaram na presidente Dilma. Resolveram fazer a prorrogação desses débitos por 5 anos e ficaram inadimplentes no banco. Por que falei inadimplentes? Porque os produtores não tiveram novos financiamentos para a atual safra agrícola, esta que está em andamento. Qual é o grande problema disso? O grande problema é que esses produtores plantaram a safra, acreditaram que havia recursos no banco para tocar a lavoura, e os recursos não vieram.

Como esses produtores já haviam plantado, o que é que aconteceu? Tiveram de cuidar da roça. Endividaram-se no comércio comprando defensivos e estão devendo agora para pessoa física, sem poder ter um seguro agrícola. Quando há seca no Rio Grande do Sul, no mesmo instante há cobertura através de seguro agrícola. Vemos o volume de recursos que é aplicado lá no Sul, porque aquele Estado geralmente é a área em que há mais problema de seca. Então, a quantidade de seguro agrícola que há no Rio Grande do Sul é muito maior do que a de todo o Nordeste. E seguro agrícola é por causa da seca.

Há um contrassenso tão grande nessa política agrícola, que na próxima safra entre nós produtores do Nordeste, infelizmente, poucas pessoas terão condições de plantar na região semiárida. A produção cairá drasticamente, se não acabar em algumas regiões. Citarei aqui o Vale do Iuiú, onde já tivemos grandes áreas plantadas de algodão, mas houve uma redução em função de bico, de preço. Quando se teve tecnologia, produto, sementes e se tornou viável, a área começou a crescer. E cresceu de um ano para outro em proporções até elevadas demais. O que aconteceu este ano? Estagnou-se um pouco - problema de preço! Nesta próxima safra, pelo que estamos notando, conversando com os produtores rurais, voltará a praticamente zero o plantio de algodão no Vale do Iuiú. Isso que é incentivo para a agricultura e o produtor do Nordeste?! Esse produtor é que tem de arriscar sozinho sem ter direito ao seguro agrícola?! Queremos ter o direito de arriscar plantar! Ninguém quer fazer indústria de seguro, não! Mas queremos pagá-lo para, quando acontecerem problemas - o que é uma coisa bem provável, às vezes -, termos o seguro agrícola e no ano seguinte

continuarmos plantando, sendo agricultores. Da maneira que aí está, largaremos de ser produtores no Nordeste!

Até na região em que chove mais, caso de Barreiras, este ano deu veranico, e a produção cairá cerca de 25 a 30 por cento. Graças a Deus, os produtos estão com preços bons e compensarão um pouco - digamos assim - essa quebra de safra em função da falta de chuva. É para se chamar a atenção! Deus ajudou, que o preço está bom! Se ocorresse a quebra de safra em 30% - os preços agrícolas com valores normais de anos anteriores -, com certeza, quebraríamos toda a região de Barreiras. E, aí, a região que falamos ser o celeiro da Bahia e do Nordeste poderia deixar de existir, porque aqueles produtores ficariam inadimplentes.

Falaremos agora da pecuária. O que é que está acontecendo com a pecuária dessa região semiárida? No ano passado, a mortalidade chegou a cerca de 20% do nosso rebanho nessa região seca. Quando falamos mortalidade, significa dizer não aproveitar os animais, porque eles morreram de fome. Uma grande parte dos produtores tomaram um pouquinho de recursos para manter os animais vivos! O que está acontecendo? Estamos no segundo ano de seca. Esses produtores gastaram esses recursos e, hoje, estão com os animais sem condição de levar para o abate, porque eles estão abaixo, vamos dizer assim, de uma carcaça cheia para que se possa vender. Tanto é que o boi gordo, hoje, na Bahia, está muito barato, saiu de R\$ 100,00, no ano passado, e está na faixa de R\$ 80,00. O animal, o bezerro, a novilha que está descarnada está chegando a R\$ 65,00, R\$ 70,00 a arroba. Sabem o que significa isso? Só numa conta matemática - não vou falar nem, vamos dizer assim, o que pode acontecer futuramente - uma pessoa que tem um animal, que tem uma carcaça - como a gente chama - que poderia estar com um animal de 10 arrobas, hoje, esse animal está com sete arrobas. O que acontece? O preço está R\$ 70,00, ao invés de R\$ 100,00. Sabem o que significa isso? O produtor ficou pobre, este ano, perdeu 50% do seu patrimônio, apenas por esses dois fatores. Sem contar a perda pela morte que virá aí em consequência da falta de chuva...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. LUIZ AUGUSTO:- Concluindo, Sr. Presidente.

Então, o que nós precisamos? Precisamo-nos unir. Já falei com o governador Jaques Wagner no Vale do Iuiú. Precisamos juntar os senadores, precisamos juntar os nossos deputados federais para pressionar Brasília a fazer uma política agrícola que olhe, realmente, para o Nordeste e não apenas as grandes áreas, os grandes produtores e as regiões de chuva. É preciso levar em consideração a seca, porque, da maneira que está, o Nordeste ficará cada vez mais pobre, cada vez mais sem animais e agricultura, cada vez com mais êxodo rural. Poderíamos esquecer esse negócio de a gente falar de reforma agrária. Reforma agrária é para botar o pessoal para ficar morrendo lá naquela sequidão. Não resolve nada!

Para concluir, Sr. Presidente, só quero chamar a atenção dos deputados e da imprensa para que façam essas contas, para que reflitam sobre isso e, assim, possamos juntos cobrar uma política agrícola para o Nordeste, região mais seca do nosso Brasil.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Zé Raimundo pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, nobres colegas deputados, imprensa, assessores dos gabinetes, ouvi com atenção – como sempre – os nossos oradores, os nobres deputados que falaram desta tribuna, a começar pelo inteligente e arguto deputado Luciano Simões que tem uma retórica, que sabe conduzir as palavras, mas, vez por outra, ele se perde, quando o seu discurso é confrontado com a realidade. Vejam, por exemplo, essa questão do aeroporto de Vitória da Conquista. O aeroporto está completamente concluído, no que diz respeito ao processo licitatório e aos encaminhamentos administrativos para a licitação sair. O governador Jaques Wagner já fez o que pode e, agora, resta o parecer final da Comissão da Aviação Civil para que comecemos a obra do aeroporto.

Agora, deputado Bruno Reis, se nós fôssemos olhar – nós não gostamos do retrovisor – o que foi feito no passado com relação ao aeroporto, diríamos, realmente, que houve um verdadeiro descaso para com Vitória da Conquista, da mesma forma que com relação a água! Olhem que eu comecei a minha militância social e política lutando a favor de uma Embasa estatal, de uma Embasa que pudesse, realmente, promover o abastecimento de água e o esgotamento sanitário de Vitória da Conquista, nos anos 80. Lutamos para que fosse construída a Barragem de Água Fria II, porque em 85 já tinha o problema de abastecimento de água em Vitória da Conquista. Isso está registrado na imprensa local, os Anais das lutas sociais de Vitória da Conquista e da Bahia registram essas nossas lutas. Agora não, a presidenta Dilma em contrapartida da Embasa, 240 milhões de reais já aprovados para construirmos. Imediatamente agora deve começar a adutora do Catolé para reforçar Água Fria 1 e 2, e mais cerca de 180 milhões de reais para complementarmos o conjunto das obras necessárias para uma nova barragem e uma nova estação de tratamento.

É claro que este momento é delicado em toda a Bahia, merece a atenção e o respeito de todos nós deputados, inclusive a solidariedade para que a Bahia receba mais obras do governo federal e que o governo da Bahia possa implementar em todas as regiões, inclusive nas prefeituras de oposição, onde os prefeitos, na verdade, não são oposição à presidenta Dilma nem a Wagner. Os nossos deputados de oposição falam, falam aqui, mas os prefeitos estão lá junto do governo do Estado, junto aos nossos órgãos viabilizando medidas. E Wagner, democraticamente, tem atendido a todos os prefeitos. Na verdade, trata-se muito mais de uma retórica de alguns deputados do que mesmo a realidade.

Então, a água de Vitória da Conquista está sendo encaminhada e este momento requer o racionamento, mas o governador tomou todas as medidas. Da mesma forma em relação ao presídio. O presídio foi licitado, houve problemas na execução da obra e os órgãos federais e a Caixa Econômica estão tomando as medidas necessárias para retomar a obra.

Sr. Presidente, gostaria de chamar atenção para o debate da questão da

mensagem do reajuste do servidor público. Pergunto: Feira de Santana já encaminhou a mensagem municipal para reajustar os salários? Salvador, por acaso já encaminhou o projeto de lei para reajustar os salários dos servidores da nossa capital? Ora, seria muito interessante que após o reajuste de Salvador e Feira de Santana os deputados desta coligação partidária desses dois municípios viessem aqui e mostrassem os números para confrontar os do governo do Estado que vai chegar.

Finalmente, eu gostaria que essa proposta do recesso do nobre, jovem e inteligente deputado Bruno Reis fosse levado também à Câmara de Salvador. O debate, ao meu ver... O de 30 dias somente. Para concluir, o que eu gostaria de trazer ao debate é de uma reforma política e não de recesso de 30, de 20, de um mês. Era o aprofundamento das nossas instituições republicanas. Um debate sobre o Estado brasileiro, sobre o custo da democracia, sobre o papel do Parlamento nacional, como o Partido dos Trabalhadores está propondo, inclusive, Sr. Presidente, uma Constituinte para fazermos uma revolução institucional neste País. O que o povo quer é o funcionamento da democracia e não formalidades institucionais.

Eram essas as nossas considerações.

(Não foi revisto pelo orador.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ordem do Dia.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem ao deputado Carlos Brasileiro.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, atendendo ao Regimento, solicito uma verificação de quorum para a continuidade a sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido. Registro a presença de apenas 19 Srs. Deputados.

Antes de encerrar a sessão, lembro aos Srs. Deputados que há uma sessão extraordinária a ser iniciada um minuto após o encerramento desta.

Declaro encerrada a sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*